// Editorial

Ao longo do último ano a Santa Casa teve como principal preocupação consolidar as suas respostas sociais e de saúde. Após a abertura da valência para as pessoas com deficiência, nomeadamente com o CAO, e o Lar Herculano Tarroso Gomes, procedeu-se à concretização de outra ambição que se centrava no funcionamento da Unidade de Convalescença. Este objetivo era de primordial importância atendendo que permitia à Instituição possuir respostas nas três tipologias de Unidades de Cuidados Continuados, nomeadamente a Unidade de Longa Duração e Manutenção, Unidade de Média Duração e Reabilitação e Unidade de Convalescença. Complementarmente a estas respostas a Instituição possui uma Unidade de Cuidados de Saúde, não convencionada com o Serviço Nacional de Saúde, que tem dez camas, sendo quatro destinadas a Cuidados Paliativos. A consolidação destas respostas no âmbito da Santa Casa reveste-se de particular importância, permitindo que a instituição tenha ao seu serviço recursos humanos mais qualificados, atendendo à especificidade das respostas e às exigências que impõe em diversos domínios.

Presentemente está em curso o procedimento para o alargamento do Lar para pessoas com deficiência, e do Centro Clínico, no Hospital de São José. Esta decisão da Mesa Administrativa prende-se com a necessidade de dar resposta a uma procura crescente da população a estes dois serviços. Cremos que no próximo ano teremos todo o processo construtivo concluído possibilitando a disponibilização dos seus serviços à comunidade. Em simultâneo a Mesa Administrativa está a desenvolver os projetos para a requalificação e ampliação do Lar Soares Pereira, visando a criação de uma Unidade para Demências, assim como a ampliação do Lar Vilagerações alargando-se a resposta ao nível do acolhimento para idosos. A adequação das respostas da Instituição às necessidades

da população é uma preocupação que tem norteado a ação da Santa Casa sem descurar a importância da sua sustentabilidade, visando a manutenção dos serviços que são disponibilizados. O crescimento da ação da Misericórdia verificado nos últimos anos constituiu uma melhoria da qualidade de vida das populações, pelas respostas sociais que foram criadas, na área sénior, da infância, e serviços de saúde, colmatando-se lacunas e respondendo-se a necessidades que só eram possíveis satisfazer fora do concelho.

A aprovação do novo Compromisso pela Mesa Administrativa em 12 de Novembro de 2018, e pela Assembleia Geral da Instituição em 27 de Novembro do mesmo ano, mereceu igual aprovação do Bispo Diocesano em 20 de Dezembro de 2018, tendo-se efetuado o respetivo registo na Direção Geral da Segurança Social em 1 de Fevereiro de 2019, que concluiu um processo, há muito iniciado, de adequação deste normativo estatutário com a legislação em vigor, nomeadamente o Decreto-lei 172-A/2014, de 14 de Novembro, e a Lei n.º 76/2015, de 28 de julho. Uma nova fase se inicia para a Misericórdia com o novo enquadramento legal consagrado no compromisso, possibilitando a existência de outras ferramentas, visando criar condições para a Instituição fazer face aos novos desafios que presentemente são colocados à Santa Casa.

Ao aproximar-se dos 425 anos de existência, que no próximo ano comemoraremos, a Santa Casa é a expressão da força dos arcuenses que ao longo destes mais de quatro séculos foram capazes de mobilizar vontades e fazer obra, com o objetivo de responder a necessidades da comunidade. Manter ininterruptamente a Misericórdia a funcionar, sabendo adaptar-se às novas realidades que o tempo sempre trouxe, é a demonstração de uma enorme capacidade de resiliência para ultrapassar as dificuldades, movida pela grandeza da sua missão. A todos cabe-nos a obrigação de dar continuidade à ação que a Misericórdia quotidianamente leva a cabo, honrando o passado da Instituição, e olhando o futuro com ambição.

O Provedor

Comendador Francisco Rodrigues de Araújo (Dr.)

Caras e Caros Irmãos

As misericórdias há mais de 5 séculos que têm como missão ajudar os mais necessitados e desprotegidos através da concretização das 14 obras de misericórdia.

A Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez há mais de 400 anos que se empenha para todos os dias concretizar estas obras de misericórdia, através da prestação de cuidados aos que precisam.

Este ano demos mais um passo na concretização desse objetivo maior, acrescentamos mais serviços, a Unidade de Convalescença e a Unidade de Saúde não convencionada com o SNS.

Estão em curso novos projetos como a ampliação do Lar para pessoas com deficiência e a ampliação dos serviços médicos e de diagnóstico no Hospital de S. José.

Temos novos desafios pela frente, o combate à pobreza e à violência doméstica, a promoção da igualdade e do bem de grupos vulneráveis e a sustentabilidade das organizações sociais. Neste sentido, a Misericórdia e a Câmara Municipal vão implementar o novo Contrato Local de Desenvolvimento Social (CLDS 4G).

A ação da Misericórdia expande-se, responde a novas necessidades sociais, moderniza-se e melhora a qualidade dos vários serviços que presta na área social e da saúde.

Agradecemos o empenho e a dedicação dos membros dos Órgãos Sociais, dos colaboradores, dos voluntários e dos Irmãos da Santa Casa da Misericórdia

Contamos com todos para juntos continuarmos a fazer o bem sem olhar a quem.

Um Abraço Amigo para Todos,

João Manuel Esteves

Presidente da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia

// O AUMENTO DA LONGEVIDADE TRAZ CONSIGO ALTERAÇÕES IMPORTANTES NA SOCIEDADE E NA SUA ESTRUTURAÇÃO

Manuel Caldas de Brito *

Fazer o bem é ir ao encontro das necessidades de alguém. Isso exige de nós disposição. O maior grau de perfeição é humanizar, operacionalizando as 14 Obras de Misericórdia. É com amor e dedicação, que trilhamos novos caminhos, um trabalho em equipa, com as competências individuais ao serviço dos projetos que temos que levar por diante.

Praticar o bem: Atos práticos de benevolência, como, um gesto de caridade e dar apoio a quem mais precisa pode ser fundamental e extremamente recompensador.

O aumento da longevidade traz consigo alterações importantes na sociedade e na sua estruturação. Para dar resposta a esta situação a Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez assume um compromisso fundamental com cada um dos nossos utentes, garantir a liberdade de decisão, a proteção física e psicológica, a manutenção da qualidade de vida e o reforço da relação com os entes mais próximos. Cuidar do idoso é olhar por aquele que, um dia, já fez isso por nós.

É notório, o campo de intervenção das Misericórdias é ilimitado e não tem fronteiras, como se pode constatar do profícuo e notável trabalho desenvolvido pela nossa Instituição cuja atuação se desenvolve nas mais diferentes áreas de apoio social, no período normal da vida humana, desde a infância até à velhice, traduzindo-se na criação e funcionamento de serviços e equipamentos sociais destinados designadamente às crianças, aos jovens, à família, à população deficiente e à população idosa.

É hoje inquestionável que os princípios de solidariedade e de ajuda aos mais necessitados, embora com novas exigências e novas formas de resposta, continua a representar uma real preocupação para a nossa Misericórdia, o que só é possível com um grande empenho, competência e, especialmente, com uma grande dedicação dos que voluntariamente dedicam grande parte do seu tempo a esta nobre causa, contribuindo deste modo para proporcionar melhores condições aos referidos grupos de pessoas.

Estamos convictos que, a par das demais instituições de solidariedade social, a Misericórdia de Arcos de Valdevez, tal como no passado, saberá encontrar prontas respostas com inovação na prestação de serviços de excelência, nomeadamente agora, com o Hospital de S. José, respondendo, com elevados índices de eficiência e eficácia, às necessidades das pessoas, investindo permanentemente no esforço da sua capacidade, das especialidades e técnicas auxiliares de diagnóstico, acompanhamento a evolução constante do sensível e muito relevante setor da saúde.

Uma palavra ao corpo clinico e todos os funcionários desta instituição. Não vos contenteis com a mediocridade, desconfiai de quem vos quer fazer acreditar que vós valeis quando vos mascarais de fortes, como os heróis dos filmes. A felicidade de fazer o bem não tem preço; não se compra; não é uma aplicação que se descarrega no tablet. Nem a versão mais atualizada pode ajudar-vos a transformarem-se em pessoas livres e grandes no amor, acreditando sempre na vossa missão, cuidar daqueles que mais precisam e dos mais vulneráveis.

É isto a dedicação e o espírito de servir, que é a marca distinta da Mesa Administrativa na pessoa do seu Provedor. Dr. Francisco Araújo. Sempre omnipresente, mas muito atento a tudo e a todos, liderando mais do que chefiando, com uma capacidade de inovar, o que o torna a verdadeira chave mestra deste sucesso.

* Tesoureiro da Mesa Administrativa da
Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez

// MISERICÓRDIAS: LUGAR ÀS PESSOAS

Paulo Castro *

As tensões existentes, ou as perspetivas apresentadas, em defesa do público e do privado, não são de hoje e os discursos mobilizados acentuam-nas com frequência. Se por um lado alguns agitam a crença neo-liberal (ligada à defesa da exclusividade do privado em quase tudo) de que o mercado não pode funcionar injustamente (ou de que tudo que é privado funciona sempre bem), outros contrapõem que sem uma esfera pública mais presente, que possa ser moderadora dos apetites desmedidos pelo lucro, as sociedades serão efetivamente menos justas.

Numa passagem de "Igreja e Democracia" (1999), D. José Policarpo (antigo Patriarca de Lisboa), refere que *"Sem deveres sociais, a liberdade económica torna-se simples liberdade de enriquecer. Se houver regras éticas nessa liberdade de enriquecer, ainda se pode ter uma sociedade equilibrada. Se elas não existirem, poderia dizer-se que vale tudo menos tirar olhos"*. Esta perspetiva parece confirmar uma análise que diferentes setores da sociedade fazem de que a crença de que o privado funciona sempre bem muitas vezes não tem correspondência com a realidade observada.

Partindo da análise da realidade observada Raymond Plant (1990) *"rejeita a reivindicação neo-liberal de que o mercado não pode funcionar injustamente, porque os seus efeitos/consequências não só são não intencionais, mas também são imprevisíveis para os indivíduos"* e alerta de que *"se é previsível que aqueles já desfavorecidos fiquem provavelmente ainda mais desfavorecidos através da ação do mercado, então podemos ser responsabilizados coletivamente pelas consequências"*.

A argumentação entre as virtualidades do público e do privado é discussão com natural carga ideológica, mas que não pode ser resumida a posicionamentos de esquerda ou de direita. Recorde-se, por exemplo, que sendo normal que ideólogos da direita advoguem mais primazias para o mercado, por vezes setores mais conservadores têm posições de defesa de maior presença do estado, em determinados setores, que se aproximam de posições da esquerda.

Sendo um facto que a discussão do público e do privado é transversal aos diferentes setores de atividade também é outro facto que existem áreas de atividade em que a presença de um ou do outro (público ou privado) é melhor aceite ou tolerado. Geoff Whitty (1996) chama para esta reflexão a gradual passagem de setores da esfera pública que transitaram para a esfera do privado (nomeadamente na saúde e na educação) para propor *"a criação de uma nova esfera pública"*, que possa constituir-se como alfobre de novas ideias e de outros modelos de organização que considerem a prevalência do coletivo sobre o individual pela dinamização de organizações que não sendo da esfera do Estado prossigam fins públicos, concluindo que "*precisamos de considerar o que podem ser as versões destas formas de organização para contrabalançar não apenas a primazia do Estado, mas também a primazia do mercado"*.

Esta perspetiva parece ir ao encontro do pensamento de Policarpo (1999) quando refere que *"uma sociedade construída sobre o respeito pelas liberdades individuais, se não acentua, simultaneamente, os deveres do cidadão para com os outros irmãos e para com o todo da sociedade limitar-se-ia a ser um simples árbitro entre os diversos egoísmos"*.

É ainda neste contexto que Geoff Whitty nos remete para a urgência de novos equilíbrios e novas formas de refletir as questões da cidadania, nomeadamente quando alerta para o *apetite* de implantação das forças do mercado em áreas até agora consideradas do domínio do público. É ainda neste quadro que se configura o apelo à necessidade de novas formas de organização e participação social que possam contrabalançar a primazia do mercado ou do estado.

Parece-nos que as misericórdias, como outras organizações não estatais, se enquadram num modelo de organização que vão de encontro a este desafio. Enquanto construções sociais as misericórdias acompanham e participam de um movimento de cariz solidário que não tendo origem no Estado prossegue fins públicos, movimento este que procura acentuar as responsabilidades *"do cidadão para com os outros irmãos e para com o todo da sociedade"*, como refere D. José Policarpo.

Com o objetivo de estar perto das pessoas, as misericórdias, na diversidade e diferentes dimensões que apresentam, procuram dar testemunho de abertura a novas solidariedades e do respeito pela pessoa humana.

Esta ideia de organização equidistante do Estado e do mercado, que desenvolve uma ação em favor do todo da sociedade, com a responsabilidade de ser sus-

tentável e colocando as pessoas no centro dos seus objetivos, é a missão das misericórdias e a resposta àqueles que teimam em advogar que só existe lugar para o Estado ou para o mercado (que só existe resposta pública ou privada com fins lucrativos).

Como é frequentemente referido, as misericórdias são organizações da economia social (setor que em alguns países da Europa chega a atingir 20% do total da economia) que não têm fins lucrativos, que procuram estar próximo das pessoas e, em simultâneo, responder ao desafio de serem sustentáveis, prosseguindo a missão social, cultural e religiosa, que as caracteriza. Este desiderato, substantivamente dinâmico, articula-se com outro, comprometido com a preservação do legado histórico-cultural das regiões onde as misericórdias se encontram inseridas.

No reconhecimento de que estamos perante organizações complexas, cristãs na sua raiz, privadas na sua conformação, mas que prosseguem fins públicos na sua essência, é que o compromisso das misericórdias de estar próximo das pessoas se apresenta como tão importante e central na sua ação.

Como referem Mainieri & Rosa (2016) o objetivo de uma *"sociedade democrática só poderá ser pleno quando os interesses coletivos permearem a esfera pública"*. Uma sociedade pautada pela equidade, pela participação ativa e comprometida com as pessoas, pela assunção de direitos e responsabilidades, pelo exercício e pela consideração do bem comum, comporta a génese de uma sociedade mais justa e solidária.

Em síntese, esta reflexão procura sustentar a importância da presença na esfera pública de organizações solidárias, não estatais e não orientadas para o lucro. Espaço que integra as misericórdias como construções sociais, sustentadas num conjunto de práticas "*do cidadão para com os outros irmãos e para com o todo da sociedade*" (Policarpo, 1999), que contemplam direitos e responsabilidades diferenciados para pessoas diferentes, como contributo para uma maior justiça social e que seja testemunho de mais solidariedades e do primado pelas pessoas.

Bibliografia:

Baubök, R. (2009). *"Justificações Liberais para os Direitos dos Grupos Étnicos"*. Madrid: Século XXI de Espanha Editores.

Castro, P. (2003). *"A Construção de uma Escola Cidadã"*. Braga: Externato Infante D. Henrique.

Faulks, K., (2010). *"Citizenship"*. London: Routledge.

Mainieri, T. & Rosa E. (2016). *"Comunicação pública, cidadania e democracia: algumas reflexões"*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás.

Plant, R. (1990). *"Citizenship and Rights"*. Londres: Institute of Economics Affairs.

Policarpo, J. (1999). *"Igreja e Democracia"*. Lisboa: Multinova.

Whitty, G. (1996). *"Autonomia da Escola e Escolha parental: Direitos do Consumidor Versus Direitos do Cidadão"*. Porto: Edições Afrontamento.

* Professor
Mestre em Administração Educacional
Vogal da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia
Arcos de Valdevez

// MISERICÓRDIA DE ARCOS DE VALDEVEZ CONTEMPLADA COM DONATIVO DO BAZAR INTERNACIONAL DIPLOMÁTICO

No dia 12 da abril a Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez foi contemplada com um donativo do Bazar Internacional Diplomático 2018, promovido pela Associação das Famílias dos Diplomatas Portugueses (AFDP), com o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República, Drº Marcelo Rebelo de Sousa, em cerimónia realizada no antigo Picadeiro Real do Museu Nacional dos Coches, em Lisboa
O valor do donativo foi de 4.582€ que serão aplicados na aquisição de equipamento para as Unidades de Cuidados Continuados, mais especificamente para a Fisioterapia que apoia as Unidades de Cuidados Continuados.
Entre 18 Instituições de todo o país a Misericórdia de Arcos de Valdevez foi contemplada, o que nos merece uma palavra de reconhecimento e agradecimento em nome da Instituição pelo apoio recebido.

// PRÉMIOS MARIA JOSÉ NOGUEIRA PINTO

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARCOS DE VALDEVEZ ENTRE AS DISTINGUIDAS

Realizou-se no dia 5 de julho de 2018, na Casa Museu da Fundação Medeiros e Almeida, em Lisboa, a entrega dos Prémios Maria José Nogueira Pinto. O prémio visa distinguir as ações que são executadas com incidência na temática da Responsabilidade Social.

Ao concurso apresentaram-se 125 projetos de todo o País, tendo sido distinguido um com o Prémio e atribuídas quatro Menções Honrosas, tendo uma sido concedida ao Projeto Humanizar - Cuidados Paliativos ao Domicílio - da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez. O júri do concurso foi presidido pela Ex-Ministra da Saúde, Dr.ª Maria de Belém, sendo a sessão de atribuição do prémio presidida pelo Senhor Presidente da República, Dr. Marcelo Rebelo Sousa. Na sessão estiveram presentes, integrando a Mesa da Cerimónia, o Senhor Ministro da Saúde, Prof. Dr. Adalberto Campos, o Cardeal Patriarca de Lsiboa, D. Manuel Clemente, a Dr.ª Maria Cavaco Silva, o Monsenhor Feytor Pinto e o Prof. Dr. Jaime Nogueira Pinto. A MSD, empresa farmacêutica de excelência, um dos maiores laboratórios do mundo ao nível da investigação, patrocina o prémio.

A Santa Casa da Misericórdia vê com enorme orgulho a atribuição de mais este prémio distinguindo um projeto que está inserido na área da saúde, mais especificamente nos cuidados paliativos. Trata-se de um projeto inovador, multidisciplinar, envolvendo parcerias, e direcionado para os utentes que em termos domiciliários necessitam desta resposta. O empenhamento da Equipa de Cuidados Paliativos ao Domicílio, constituída por um conjunto multidisciplinar de profissionaqis empenhados, tem desenvolvido um trabalho de grande qualidade. A sua ação tem suscitado a atenção de diversas Instituições, nomeadamente da Fundação Calouste Gulbenkian que financiou a sua atividade, da Fundação EDP que veio a apoiar a criação de quatro camas para Cuidados Paliativos no Complexo Vilagerações, e agora a Fundação Medeiros e Almeida com o Prémio Maria José Nogueira Pinto concedendo-lhe um Menção Honrosa, reconhecendo a valia do projeto ao nível da responsabilidade social.

Esta distinção dando notoriedade ao projeto específica a importância desta intervenção num território do interior, junto de uma população rural e dispersa, o que dificulta a implementação dum projeto desta natureza. Na verdade, existem equipas de cuidados paliativos junto de diversos hospitais centrais ou distritais, as quais em alguns casos dão resposta à população urbana que servem, mas em territórios do interior o exemplo da Equipa Humanizar é pioneiro por ter uma abrangência supraconcelhia, desenvolver-se nos sete dias da semana, e nas vinte e quatro horas do dia. Este serviço revela-se de enorme importância para as famílias, constituindo-se como espaço de apego sentimental de recordações e vivências. Centrar os cuidados na pessoa, na sua própria habitação, e na presença da família, sinaliza a humanização que se pretende dar a uma fase importante da vida que é a morte. Esta preocupação perpassa toda a ação da Equipa Humanizar na sua ação quotidiana, convivendo com os momentos difíceis com que as famílais se confrontam quando um dos seus membros necessita de cuidados paliativos.

O reconhecimento das famílias à ação da Equipa Humanizar ficou bem patente quando no ano transato a Santa Casa, no âmbito da Semana Aberta, relaizou o Jantar Solidário para apoio à Equipa Humanizar - Cuidados Paliativos ao Domicílio -. A presença de mais de 450 pessoas de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca demonstrou o carinho e gratidão para com os profissionais que trabalham na Equipa, assim como pela ação que desenvolvem. Tivemos oportunidade de ouvir diversas pessoas, que de forma emocionada, deixaram o seu testemunho de agradecimento à equipa pelo trabalho desenvolvido, afetando favoravelmente as suas vidas.

A Equipa Humanizar exercendo a sua ação nos Cuidados Paliativos ao Domicílio, integrada na estrutura da Santa Casa da Misericórdia, merece o nosso reconhecimento pelo seu trabalho, deixando-nos gratos pela sua ação, e pelo reconhecimento que exteriormente tem suscitado.

// SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARCOS DE VALDEVEZ E CÂMARA MUNICIPAL **CELEBRAM PROTOCOLO PARA FUNCIONAMENTO DA CRECHE DE PADREIRO**

A Santa Casa da Misericórdia e a Câmara Municipal de Arcos de Valdevez assinaram, recentemente, um protocolo para viabilizar o funcionamento da Creche do Parque Empresarial de Padreiro. Recorde-se que esta unidade sócio-educativa dá apoio a crianças cujos pais, maioritariamente, trabalham em empresas instaladas neste espaço empresarial.

Hoje, num quadro em que as solicitações laborais são cada vez mais exigentes, as famílias e as empresas beneficiam (a investigação realizada comprova-o) com a existência de unidades sócio-educativas desta índole próximas do local de trabalho dos pais.

Num registo de prestação de serviço público, e considerando a enorme importância de que se reveste a existência de uma creche "integrada" num parque empresarial, a Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez tem vindo a assumir o funcionamento da Creche de Padreiro, num quadro financeiro complexo em que as comparticipações recebidas são

claramente insuficientes para os encargos que a instituição tem.

Assim, correspondendo a uma solicitação da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez e considerando o relevante serviço que a Creche de Padreiro presta às famílias e às empresas, a Câmara Municipal aprovou a celebração de um protocolo de apoio financeiro, com efeitos reportados a 1 de outubro de 2018, enquanto não for aprovada a candidatura apresentada pela Santa Casa ao PROCOOP, prevendo o alargamento das comparticipações financeiras pela Segurança Social. Com a efetivação deste protocolo entre a Santa Casa da Misericórdia e a Câmara Municipal de Arcos de Valdevez fica assegurado o funcionamento da Creche de Padreiro, salvaguardando o interesse das crianças, das famílias e das empresas instaladas no parque de Padreiro.

// **VISITA DO BISPO D. ANACLETO OLIVEIRA** ÀS INSTALAÇÕES DA MISERICÓRDIA

No dia 5 de Abril, a Creche de Padreiro recebeu a visita do Bispo da Diocese de Viana do Castelo D. Anacleto Oliveira, inserida na visita pastoral da freguesia de Padreiro (Salvador). Veio acompanhado pelo pároco da freguesia, Senhor Padre Artur Pais Pereira e por um membro do Conselho Paroquial para os Assuntos Económicos, Senhor Avelino Araújo. Para o receber esteve presente o Senhor Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez, Comendador Dr. Francisco Araújo e a Diretora Coordenadora do Serviço da Infância, Juventude e Educação, Drª Sandra Vale, bem como toda a equipa da Creche. Foi realizada uma visita às instalações e apresentada a dinâmica de funcionamento da Creche.

Por sua vez, no dia 27 de abril e inserida na visita pastoral à freguesia de Prozelo, o Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Dom Anacleto Cordeiro Gonçalves Oliveira, bispo da Diocese de Viana do Castelo, visitou a Estrutura Residencial para Idosos Soares Pereira. Acompanhado pelo pároco da freguesia, Senhor Padre António Barbosa de Sousa e pelo capelão da Instituição, Senhor Padre Aventino Freitas, visitou as instalações e presidiu à Eucaristia na Capela do Lar.

À sua chegada estava à espera o Provedor, membros da Mesa Administrativa e os Escuteiros de Arcos de Valdevez. Após a receção inicial, o Sr. Bispo dirigiu-se aos presentes e agradeceu a amabilidade de todos.

No final das visitas foi oferecida uma lembrança elaborada pelos utentes ao Bispo D. Anacleto Oliveira por forma a agradecer a sua visita e pelos momentos vividos.

// O FUTURO JÁ NÃO É O QUE ERA

Pedro Mota Soares *

Várias são as previsões que ficam para a história por terem falhado desastrosamente. Como a de Robert Metcalfe, inventor da Ethernet, que afirmou em 1995 que a internet iria colapsar em 1996, ou futuro risonho da família Jetson, nos desenhos animados, no qual, por esta altura, todos teríamos carros voadores.

As previsões falham quase sempre de duas formas. A primeira porque não incorporam o potencial de transformação à sua frente – "disruptivo", como agora se diz –, como a de William Orton, presidente da Western Union que afirmava que o telefone tinha demasiados constrangimentos para ser uma forma de comunicação. A segunda, porque dá demasiada importância a uma possibilidade, projetando um futuro em que um só fator faz toda a diferença, como a do fundador da companhia de aspiradores Lewyt que previa, em 1955, que numa década estes electrodomésticos seriam alimentados a energia nuclear.

É o que nos diz a Lei de Amara: sobrestimamos o efeito duma tecnologia no curto prazo e subestimamos o seu efeito a longo termo.

E constatamos isto mesmo quando olhamos para o que o mundo mudou nos últimos 15 anos.

Começava a Guerra do Iraque e, apesar dos ataques do 11 de Setembro, não se duvidava da supremacia política, militar e económica dos EUA.

Na Europa o alargamento prosseguia, com vários países a celebrar a sua entrada na União Europeia. Hoje, entre a China e o Brexit, tudo parece tão distante.

Em 2003, o mundo não tinha Facebook, que só seria lançado no ano seguinte, nem sequer o IPhone, que só apareceria quatro anos mais tarde.

Não existia YouTube e a Netflix ainda enviava os DVD por encomenda postal. Sem Uber ou sequer GoogleMaps, a forma como comunicávamos, nos relacionávamos, víamos um filme ou as notícias parece agora que foi a um século de distância.

Se o futuro nos parece estar a acelerar, é porque está mesmo a acelerar. Durante grande parte da história da Humanidade a experiência foi local e linear e hoje é global e exponencial. Como explica Ray Kurzweil, não se trata de mais um degrau igual ao anterior, mas de uma multiplicação. Quando o genoma humano começou a ser sequenciado, os peritos previam que iria demorar milhares de anos a ser concluído, mas foi terminado há 15 anos. A previsão considerou tudo menos a aceleração da mudança e a evolução dos próprios processos.

Qualquer previsão sobre o futuro é um grande atrevimento.

Podemos apenas falar do que é provável ou possível. Se o modo como nos relacionamos e a relação com o consumo mudou, é provável que o modo como trabalhamos, aprendemos e vivemos também tenha de mudar. A capacidade de adaptação, para uma pessoa, empresa ou país, é mesmo "a" competência estratégica essencial. Não se pode travar administrativamente o futuro.

Portugal tem muitos trunfos. Uma dimensão média e uma posição moderada capitalizável na atração do turismo, captação de investimento e traduzida em vários sucessos diplomáticos – como a eleição para o Conselho de Segurança da ONU, a Presidência da Comissão Europeia ou a eleição para Secretário-geral da ONU. Esta boa vontade tem de ser aproveitada, num mundo com cada vez maior tensão e apreensão sobre o futuro. Outro trunfo é a possibilidade de reformas ágeis, um fenómeno chamado "leapfroging", em que os saltos tecnológicos permitem recuperar atrasos de competitividade – como foi o caso dos serviços multibanco ou da via verde, em que Portugal liderou na inovação.

Mas o essencial é a mesmo a preparação para a mudança.

Como um ministro do Petróleo Saudita alertou: "a idade da pedra não acabou por faltarem pedras, e a idade do petróleo vai acabar muito antes do ficarmos sem petróleo".

Por isso, a pergunta legítima é: - O que é que estamos a fazer, para a mudança que aí vêm?

* Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social do XX Governo
Deputado do Grupo Parlamentar do CDS/PP

// UM CONGRESSO DECISIVO E DE VIRAGEM

António Tavares *

O XIII Congresso das Misericórdias portuguesas, reunido em Albufeira, entre os dias 7 a 10 de Fevereiro, representou um ponto de viragem no posicionamento destas seculares instituições em Portugal.

Num momento em que a discussão da Lei de Bases da Saúde abre uma polémica, sobre o papel do sector social, o Congresso veio reafirmar, com tranquilidade e serenidade, a resiliência das Santas Casas.

Fui desafiado para intervir no painel "As Misericórdias e o Estado".

Que presente? Que futuro?

Fi-lo lançando de imediato uma pergunta: **em que mundo estamos?**

A resposta não seria difícil porque é um mundo da globalização, da inovação tecnológica, da liberalização e da desregulamentação dos mercados e onde abunda a competitividade transnacional.

Podemos ter futuro no Estado Social?

A resposta é claramente positiva porque o futuro do Estado Social precisa de combinar: desburocratizar, descentralizar e autonomizar.

Desburocratizar para simplificar. Descentralizar para aumentar a capacidade das comunidades locais. Autonomizar para transferir competências e tarefas de serviço público.

Perante isto o que devem as Misericórdias fazer?

Compreender que é necessário fixar talentos, introduzir tecnologias, desenvolver e consolidar territórios promovendo sociedades tolerantes.

Estes quatro "T" vão contribuir para continuar a afirmar uma história, na vida deste Portugal, com mais de 5 séculos e afirmar um modelo sólido e de confiança na relação com o Estado, a Igreja e a Sociedade Civil.

Após uma Lei de Bases da Economia Social aprovada, por unanimidade, no Parlamento qual o quadro que vivemos hoje?

Um Estado que tolera as IPSS e as Misericórdias, mas não as deseja.

A relação entre o Estado e as instituições sociais está prevista na Constituição e na Lei de Bases da Economia Social, na Lei de Bases da Saúde e em muita mais legislação.

Então o que falta no diálogo com o poder político?

Temos, pois, de inovar no relacionamento institucional e na participação cívica e política perante o Estado.

Na resposta ao envelhecimento, nas alterações climáticas e nas novas formas de organização social dos tempos de trabalho e lazer.

Colocar a saúde ao lado da proteção social onde as demências são já uma realidade muito dura.

As alterações demográficas preocupam as Misericórdias bem como as consequências para a saúde e para a qualidade de vida dos cidadãos resultantes das alterações climáticas

O consequente envelhecimento da nossa sociedade, a alteração do conceito de família e a solidão de muitos idosos implicam uma reflexão sobre o modelo como a Sociedade e o Estado vão compartilhar responsabilidades.

Outra tarefa prioritária será o combate à pobreza, com destaque para a pobreza infantil onde em uma em cada cinco pessoas em situação de pobreza é criança.

Devemos contribuir, ainda, para a reflexão em torno de um novo paradigma do financiamento da segurança social e, desse modo, responder à transformação tecnológica do trabalho.

Concluo citando John Rawls na sua Teoria da Justiça: "numa democracia constitucional um dos objectivos mais importantes é a apresentação de uma concepção politica de justiça que, além de fornecer uma base pública comum para a justificação das instituições politicas e sociais, possa também garantir a estabilidade de uma geração para a geração seguinte" (1987).

Foi um Congresso de proximidade aos problemas e com soluções.

* Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto

// HOSPITAL DE SÃO JOSÉ SAÚDE DE PROXIMIDADE E DE EXCELÊNCIA

Lígia Gonçalves *

O Hospital de São José (HSJ) é um centro de diagnóstico e terapêutico pertencente à Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez. Reiniciou atividade há cerca de 1 ano e meio contudo o processo que conduziu à sua reabertura começou bem antes, há cerca de 3 anos. Foi nessa altura que comecei a colaborar com a Santa Casa da Misericórdia dos Arcos de Valdevez e com a excelente equipa que a dirige. Pude acompanhar e partilhar o cuidado extremo dedicado à escolha conscienciosa da equipa de colaboradores e de equipamentos. Desde a concepção deste projetoa nossa missão permaneceuclara, a de ajudar a proporcionar Saúde de proximidade e de excelência.

Foram contratados 10 arcuenses para apoio logístico, administrativo e técnico e obtida a colaboração de especialistas de renome nas diferentes áreas médicas. No sector de Imagiologia foi conseguido um excelente acordo para a aquisição de equipamento de radiologia convencional, mamografia digital, ecografia, tomografia computorizada e um sistema de arquivo de imagens com características operacionais ótimas para prossecução do nosso objectivo. As condições proporcionadas são excelentes e a equipa tem um carácter polivalente e integra diferenciações em neurorradiologia, oncologia e musculoesquelético, áreas fulcrais para ajudar a cuidar as patologias mais prevalentes na nossa população.

O projeto demonstrou ter pernas para andar, tendo mais que duplicado a actividade do HSJ sob a administração anterior, independente da Santa Casa da Misericórdia dos Arcos de Valdevez.

Sinto que nos integramos plenamente na comunidade de Arcos de Valdevez. Temos vários pacientes que nos procuram regularmente e médicos prescritores que nos sinalizam preferencialmente pela nossa qualidade técnica. Neste ano e meio apercebi-me que também a questão da proximidade é realmente uma mais valia muito importante, tendo permitido a um número considerável de utentes usufruir de adequados meios de diagnóstico que não realizariam pelos encargos que uma deslocação envolve. Pude também perceber a ótima qualidade e boa relação que os utentes têm com os seus Centros de Saúde e os seus colaboradores. Nesta lógica de proximidade penso que o HSJ veio preencher uma lacuna e sentimo-nos um parceiro atento, orgulhoso e grato dos prestadores de Saúde local.

Participar neste projeto tem sido altamente gratificante. Considero os arcuenses um povo trabalhador, orgulhoso das suas tradições e da sua terra, generoso, acolhedor e amigo. O nosso objectivo é continuar a trabalhar com seriedade, humildade e espírito de missão para que possamos oferecer os melhores cuidados de Saúde aos arcuenses de uma forma próxima e humana.

* Médica Radiologista

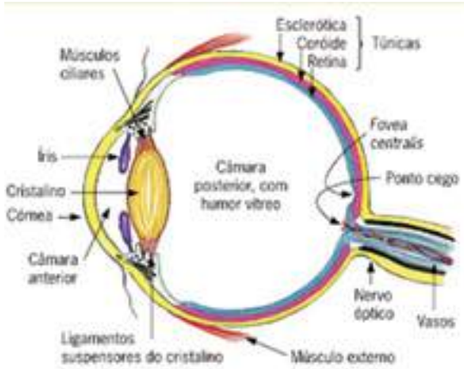
// ESTÁ A COMEÇAR A VER MAL AO PERTO... PORQUÊ?

Sérgio Azevedo *

Se tem mais de 40 anos, pode começar a sentir dificuldades em ver ao perto. Provavelmente já se apercebeu que tem que começar a esticar os braços para ver melhor as horas, ler um jornal ou enfiar uma linha numa agulha. Esta alteração da visão de perto é natural, atinge todas as pessoas, e resulta do envelhecimento normal das estruturas oculares, e o termo técnico correspondente é PRESBIOPIA.

Dentro dos nossos olhos existe um músculo chamado MÚSCULO CILIAR, que tem várias funções. Uma delasé permitir a visão ao perto. Para vermos ao perto o olho precisa de mais potência refrativa do que para vermos ao longe. É através dum processo denominado ACOMODAÇÃO que conseguimos aumentar a potência dos nossos olhos para vermos ao perto. A acomodação inicia-se com a contração do músculo ciliar que vai originar uma alteração na forma de uma lente que existe dentro do olho chamada CRISTALINO. Após a contração do músculo ciliar, o cristalino assume uma forma mais esférica aumentando o seu diâmetro, o que determina um aumento do seu poder refrativo, tornando possível vermos ao perto.

A partir dos 40 anos vamos perdendo capacidade de ver ao perto porque o processo da acomodação vai sendo cada vez menos eficaz. O musculo ciliar vai perdendo força e por isso já não se consegue contrair como antes, e por outro lado o cristalino vai perdendo elasticidade e vai perdendo capacidade de alterar a sua forma, dificultando o aumento do seu poder refrativo para o valor normal, fazendo com que deixemos de ver às distancias a que estávamos habituados. A este processo de falência da acomodação, chama-se presbiopia. É um processo progressivo, porque vai agravando com a idade, e universal, uma vez que atinge todas as pessoas e aproximadamente com a mesma intensidade para as pessoas da mesma idade. Esta condição é diferente da hipermetropia que também se caracteriza por



dificuldades na visão principalmente ao perto mas que não esta relacionada com a idade, e pelo contrario, é mais frequente nas crianças.

Como corrigir a presbiopia?

A medida terapêutica mais frequentemente passa pela utilização de óculos para ver ao perto. Estes óculos, no entanto, dificultam a visão de longe, e por isso só devem ser utilizados para atividades a cerca de 30 cm. Outra solução, que permite melhorar a visão de perto e de longe, passa pelo uso de óculos com lentes progressivas. Existe ainda, nalguns casos, a possibilidade de usar lentes de contacto, e também estão disponíveis atualmente, algumas intervenções cirúrgicas que permitem resolver este problema.

Se tem mais de 40 anos, está a começar a ter dificuldades em ver ao perto, tem a sensação de olhos cansados e dores de cabeça, é provável que tenha presbiopia.

* Médico Oftalmologista

// O FADO DA DOR

José António Costa *

Em várias vertentes da vida, grande parte de nós assume o sofrimento como uma caminhada obrigatória, de forma a ver realizados objetivos que acabam por fazer "valer a pena" tal sofrimento. Assume-se como uma atitude que, entre outras causas, resulta da educação judaico-cristã que maioritariamente recebemos. Tal é evidente, por exemplo, na forma como apreciamos um dos patrimónios mais ricos de Portugal: o Fado. Eis que o sofrimento se estabelece como uma fonte de inspiração, trazendo, até nós, versos que invocam a dor e a tristeza: "Hei-de cantar até que a voz me doa", "Tudo isto existe, tudo isto é triste, tudo isto é Fado" são alguns dos mais conhecidos, que exemplificam a forma ancestral como a nossa postura em relação ao sofrimento se desenvolveu.

Por esse motivo, baseando-se em mitos, muitas pessoas sofrem, diária e silenciosamente, assumindo que a dor, definida como uma experiência física e emocional desagradável, é um caminho inevitável a seguir, é componente inevitável do envelhecimento ou que é apenas um sintoma que está na mente das pessoas que sobrevalorizam a queixa.

Enquanto a dor aguda, definida como uma dor súbita, momentânea e auto-limitada, é, para nós, protetora, dando-nos um sinal de que algo de errado se passa com o nosso organismo, levando-nos a procurar ajuda diferenciada, a dor crónica, que se assume como aquela dor, cuja duração é superior a 3 - 6 meses, sendo a lombalgia e a osteoartrose exemplos cabais e frequentes deste tipo de dor, torna-se, claramente, deletéria e com repercussões físicas, psíquicas e emocionais marcadamente negativas. Com o tempo, a dor crónica pode afetar a nossa mobilidade, a nossa capacidade laboral, os nossos padrões de sono, podendo, ainda, ter impacto negativo na nossa família e amigos. Torna-se, por isso, e por direito próprio, uma doença.

Factos e números da dor crónica em Portugal:

- Cerca de 37% da população adulta sofre de dor crónica, sendo, por isso, a 2ª doença mais prevalente em Portugal.
- Estima - se que 14% dos portugueses tem dor crónica recorrente com intensidade moderada ou intensa.
- A osteoartrose é a principal causa de dor crónica perfazendo 47% dos casos, seguido da lombalgia (42%).
- O absentismo resultante da dor crónica em Portugal é em média 14dias/ano no caso das mulheres e 6 dias/ano entre os homens.
- Mais de 4,5 mil milhões de euros (2,7% do PIB Nacional) é o custo anual estimado da dor crónica na população portuguesa.

Como foi atrás explanado, por motivos de natureza social e educacional, existem mitos que podem levar o doente a não valorizar a dor como algo de importante e, por conseguinte, não procurar ajuda médica para o seu tratamento. É crucial que a dor seja avaliada e tratada para evitar o seu agravamento, prevenindo efeitos progressivamente mais deletérios para a sua saúde global.

Foi por esse motivo, com espirito de responsabilidade social, que foi criada, no início deste ano, nas valências da Rede Nacional de Cuidados Continuados da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez, a Comissão da Dor. Assim, pretendemos, de forma efetiva, dar reposta a esta doença, cuja prevalência se encontra em constante crescimento.

- A dor crónica é uma doença, não é um sintoma.
- A avaliação é fundamental para o controlo da dor.
- É possível aliviar a dor com o tratamento adequado.
- O acesso ao tratamento da dor é um direito humano.

Não queira que a dor seja o seu fado! Trate a sua dor!

Procure ajuda médica e torne o fado mais alegre.

* Clínico Geral, Emergencista, Pós Graduado em Geriatria pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto; Médico nas Unidades de Convalescença, Média Duração e Longa Duração da S.C.M. de Arcos de Valdevez; Responsável Médico pela Comissão da Dor da S.C.M. de Arcos de Valdevez

// OLHAR PARA ALÉM DO DOENTE ONCOLÓGICO

Marta Fernandes *

De acordo com o Instituto Nacional do Cancro (2009), haverá um importante impacto de pessoas com cancro no mundo, decorrente do crescimento populacional. Este fator reforça a necessidade dos pacientes oncológicos, os cuidadores e profissionais que os acompanham serem dotados de instrumentos e estratégias que os auxiliem na forma como lidam com esta nova realidade, devolvendo a autonomia ao paciente, bem como, suporte emocional ao cuidador principal. Ser cuidador informal de um ente querido em cuidados paliativos, em que a perda é eminente, acarreta consequências a vários níveis para quem desempenha este papel. Os cuidados paliativos direccionam o seu enfoque, após constatação da irreversibilidade da doença, para a estabilidade e devolução de dignidade ao paciente e à sua família.

> Segundo a Organização Mundial de Saúde (2010): Cuidados Paliativos é uma abordagem que aprimora a qualidade de vida, dos pacientes e famílias queenfrentam problemas associados com doenças ameaçadoras de vida, através da prevenção e alívio do sofrimento, por meios de identificação precoce, avaliação correta e tratamento da dor e outros problemasde ordem física, psicossocial e espiritual.

Na maioria dos casos, o principal cuidador é um familiar próximo do paciente que acompanha todos os estadios da doença e que, desta forma, é fundamental em todo o processo da doença. Segundo Liberato e Carvalho (2008) o familiar, sendo cuidador principal do paciente oncológico, frequentemente necessita de apoio psicológico e/ou psiquiátrico. Reforçando a ideologia de que, no momento de se intervir em cuidados paliativos esta intervenção vai mais além do que o paciente e aporta também a importância de intervir com os cuidadores que, por sua vez, sentirão sempre algum impacto da doença, podendo surgir perturbações emocionais ou consequências físicas, sociais e espirituais, provenientes de um elevado grau de stress ao qual são diariamente expostos.

Segundo Guimarães (2000) o stress é uma consequência inevitável ao desenvolvimento humano. No entanto, devemos ter em atenção o grau em que este surge, pois pode comprometer a qualidade de vida da pessoa exposta.

Um cuidador informal, está constantemente exposto a situações que exacerbam o stress sentido, sendo que, na maioria das vezes, reprimem esse sentimento por receio que isso afete o paciente oncológico e consequentemente a evolução da doença.

Daí surge a necessidade da equipa multidisciplinar, paralelamente à intervenção realizada com o doente paliativo, consiga intervir de forma a prestar suporte ao cuidador informal, para que este consiga desempenhar o seu papel de forma adequada e equilibrada, com total consciência de que fez tudo o que era possível para proporcionar o melhor fim de vida ao seu ente querido.

O papel do Psicólogo em Cuidados Paliativos:

O psicólogo quando exposto a inevitabilidade da morte, procura promover, tanto quando possível, a qualidade de vida no último período de vida do paciente, amenizando o sofrimento emocional e psicológico, a ansiedade e a depressão diante da morte.

Simultaneamente, o papel do psicólogo é fundamental na intervenção direccionada para o cuidador informal.

Numa fase inicial, é importante que a família seja consciencializada para a doença em si e a intervenção que será implementada, promovendo desta forma, a quebra do silêncio e esclarecimento de eventuais dúvidas que surgem associadas à doença e que, frequentemente as famílias não expõe e privam o doente de o fazer por considerarem ser mais benéfico para ele. Em Cuidados Paliativos, esta posição tomada pela família denomina-se de conspiração do silêncio.

O psicólogo deve contribuir para que o doente e a família falem abertamente da doença favorecendo a elaboração de uma intervenção que ajudará o doente a aceitar e enfrentar, bem como o processo de morte.

Numa fase posterior é também importante direccionar a intervenção com o cuidador para a consciencializaçãoda inevitabilidade da sua perda, realizando a preparação para o luto, proporcionando estratégias para que o cuidador consiga a partir dos seus próprios recursos, lidar com a dor da perda e da separação.

Referências Biliográficas:

GUIMARÃES, A. A, NOVAES. L, EMMANUEL. M, (2011). *Um olhar sobre o cuidador de pacientes oncológicos em cuidados paliativos. Psicologia: Teoria e Prática*.

GUIMARÃES, S. S. (2000) Valores e princípios: aprendi assim.In: LIPP, M. E. N. (Org.). O stress está dentro de você. *São Paulo: Contexto*. p. 63-74

LIBERATO, R. P.; CARVALHO, V. A. (2008) Psicoterapia. In: CARVALHO, V. A. et al. (Org.). Temas em psiconcologia. *São Paulo: Summus*. p. 357-361.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. Definição de cuidados paliativos. Disponível em:<http://www.who.int/cancer/palliative/definition/en>. Acesso em: 4 set. 2010.

TRINDADE, I. (1996). O Psicólogo como facilitador da comunicação nos serviços de saúde. *Análise Psicológica*, 14 (2/3), 363-36

* Psicóloga Unidades de Cuidados Continuados da SCMAV

// ENGENHARIA DE TECIDOS OU A PERSONALIZAÇÃO DA MEDICINA

*André P. G. Castro **

Muito se fala nos dias de hoje sobre o movimento científico alargado que sustenta e defende a personalização da Medicina, como que usando o velho mote do alfaiate que faz fatos à medida e nos diz que num moderno pronto-a-vestir não teremos algo que nos assente perfeitamente.

Contudo, nem sempre é claro o que se pretende quando se fala em personalização da Medicina. Com o avanço dos métodos de diagnóstico, ao qual não são alheios também os cada vez mais presentes métodos de simulação computacional, sobre os quais já me debrucei anteriormente, as terapias são muito mais direccionadas para cada paciente específico do que aquilo que tradicionalmente acontecia.

Por outras palavras, o diagnóstico é actualmente mais eficaz, portanto a probabilidade de ter uma terapia melhor ajustada ao caso clínico em questão é também ela mais alta. Desta forma, o acompanhamento clínico está também mais facilitado, tornando possível uma monitorização e adaptação quase constante dos tratamentos, mesmo em termos da tele-medicina. Este melhoramento de processos pode ser considerado como a primeira etapa para a personalização da medicina, em que a probabilidade de êxito aumenta.

A segunda etapa, e provavelmente aquela que mais frequentemente é associada à medicina adaptada ou direccionada a cada paciente, é a preparação de terapias exclusivamente orientadas a esse mesmo paciente. A área sobre o qual me foco é a Engenharia de Tecidos, que num sentido mais lato pode ser interpretada como a ciência que estuda estratégias de reparação, regeneração ou substituição de tecidos biológicos, desde a pele ao coração.

Muitos projectos de investigação e muitos milhões de Euros têm sido dedicados a esta promissora área, como o veículo de personalização da Medicina. Se é possível, por exemplo, obter o formato de um disco intervertebral prestes a ser removido por se encontrar demasiado herniado ou calcular o tamanho de uma falha óssea num fémur, através de imagem médica, é possível projectar uma prótese de disco ou um enxerto ósseo que preencha exactamente o defeito que se destina a corrigir.

O grande desafio já não se encontra do lado geométrico ou de formato, porque tecnologias como a impressão 3D já permitem uma precisão de grau médico e tolerâncias de fabrico não menos apertadas, mas do lado dos materiais, que devem ser capazes de mimetizar o material biológico original.

No caso concreto do osso, uma estrutura que vise corrigir um defeito ou permitir a consolidação de uma fractura de larga escala, deve poder ser compatibilizada com a natural estrutura porosa do osso trabecular e ser mais compacta quando se atinge o osso cortical. Não menos importante será a biointegração, biocompatibilidade e muitas vezes biodegradabilidade destes materiais, para que seja possível a diferenciação e proliferação celular que possibilita, por exemplo, a regeneração óssea nativa.

Este é um dos caminhos para a personalização da medicina e dos tratamentos clínicos, pelo menos do ponto de vista da investigação em Engenharia Biomédica. Como contraditório, será discutível se o esforço por terapias cada vez mais exclusivas para cada paciente terá uma implementação viável na prática clínica do dia-a-dia, mas é certo que a compreensão de que cada indivíduo é diferente e a contribuição desse conhecimento para o desenvolvimento de novas terapias permite reforçar essas novas terapias.

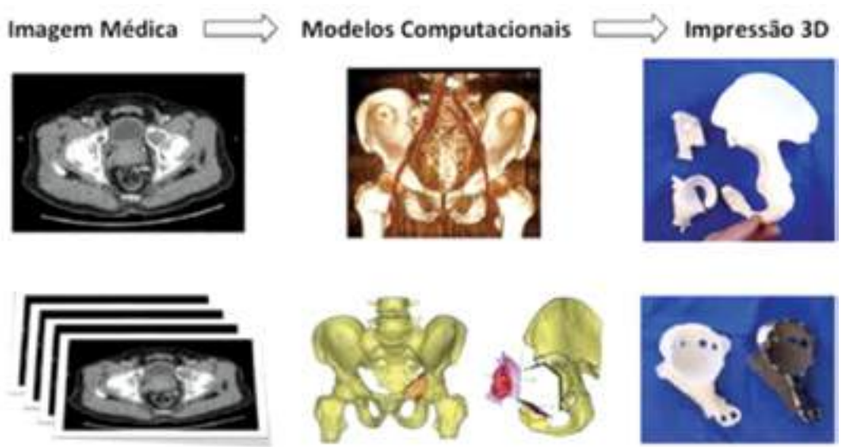
(Nota: O autor opta por escrever na ortografia antiga)

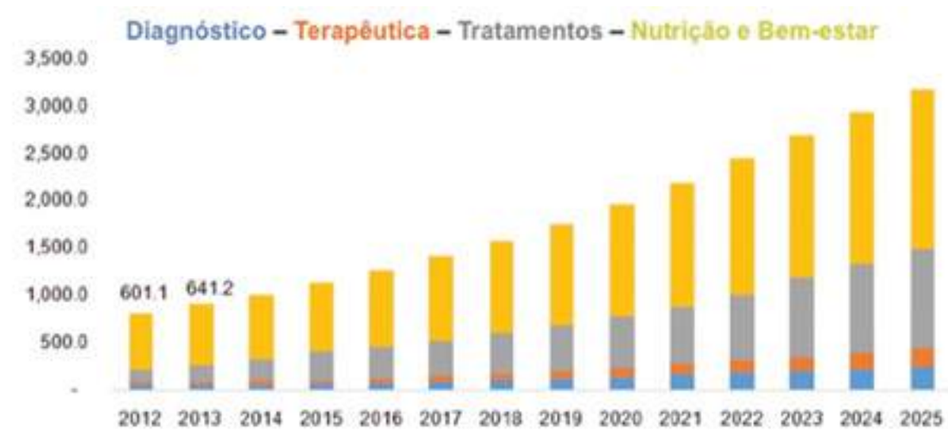
* Engenheiro Biomédico, MEng, PhD
andre.castro@tecnico.ulisboa.pt

Investigador Integrado do IDMEC - Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa

Professor Adjunto Convidado, Escola Superior de Tecnologia, Instituto Politécnico de Setúbal

Professor Auxiliar, Universidade Atlântica





Valores em Dólares (USD) para a progressão esperada do mercado da Medicina Personalizada até 2025.

Adaptado de "Personalized Medicine (PM) Market Analysis By Product (PM Diagnostics, PM Therapeutics, Personalized Medical Care, Personalized Nutrition & Wellness) And Segment Forecasts To 2022", Grand Market Research, 2016.

// A ESCOLHA VOCACIONAL

*Mª Isabel Salvado**

Atingido o final de um ciclo de escolaridade – 9º ano no ensino básico e 12º no ensino secundário – a questão "o que vou eu fazer a seguir?" é certamente uma das que mais preocupa alunos e respetivos pais. A realização de uma determinada escolha nesses momentos de transição define o percurso escolar nos anos seguintes e pode, desde logo, alargar ou restringir o futuro profissional.

Mas haverá motivos reais que justifiquem essa preocupação? A resposta é "sim". Mesmo não conseguindo adivinhar o que vai acontecer ao mercado de trabalho e até mesmo às profissões nas próximas décadas, basta olhar para o que acontece atualmente no ensinos secundário e superior em Portugal para se perceber como uma escolha bem ou mal feita poderá andar mais ou menos ligada, respetivamente, a um maior ou menor sucesso na escolaridade pós-9º ano.

Olhemos primeiro para o ensino secundário.

No último relatório (*Educationat a Glance 2017*) que analisa o estado da educação nos países parceiros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), em Portugal, a conclusão do ensino secundário "permanece um desafio significativo", pois apenas metade dos alunos do ensino secundário conclui este nível nos três anos previstos e 35% acaba por desistir, cinco anos após o início deste nível de ensino.

No ensino superior o panorama não é muito diferente.

Há 15 mil estudantes em cada ano letivo que, depois de entrarem no ensino superior, desistem de prosseguir os estudos. A taxa de abandono de uma licenciatura é de 29%, segundo um estudo da Direção-Geral de Estatística da Educação e Ciência (DGEEC) publicado em 2018. Os dados deste estudo mostram também que menos de metade dos alunos consegue acabar os estudos nos três anos de duração de um curso de licenciatura.

Não existindo propriamente "boas" ou "más" escolhas, mas antes melhores e piores maneiras de se fazerem essas mesmas escolhas, quais serão, então, os principais critérios a ter em conta na realização de uma escolha vocacional na mudança de ciclo de escolaridade? Fundamentalmente, poderemos resumi-los a sete: 1. Conhecer-se, 2. Aprender a partir da sua própria experiência, 3. Definir objetivos, 4. Conhecer o que existe para escolher, 5. Tomar decisões, 6. Estabelecer planos de ação, 7. Manter sempre um plano alternativo.

Vejamos cada um destes critérios com mais detalhe.

1. **Conhecer-se**. De que é feita uma escolha vocacional? Antes de mais, das características do jovem que a faz, o que diz bem da importância do autoconhecimento em aspetos como interesses (de que é que eu gosto?), traços de personalidade (prefiro lidar com ideias, pessoas ou objetos?), valores (o que é que eu valorizo na minha vida?) ecapacidades (o que é que consigo fazer bem feito?).
2. **Aprender a partir da sua própria experiência**. Infelizmente, algumas pessoas parecem nunca aprender nada com aquilo que lhes acontece, mas na verdade mesmo aos 15 ou aos 18 anos já temos uma forma típica de encarar e resolver os problemas que surgem; ter consciência como é que se reage face aos problemas (e escolher um curso é um problema…) pode ajudar a prevenir atitudes precipitadas e a potenciar as possibilidades de sucesso da decisão que vier a ser tomada.
3. **Definir objetivos**. Muitas pessoas, independentemente da sua idade, acumulam falhanços nas suas vidas precisamente por não serem capazes de definir aquilo que pretendem, seja na vida profissional ou na vida pessoal. No que respeita à escolha vocacional, este é um dos critérios mais importantes, pois se o jovem não for capaz de definir o que pretende atingir (concluir um curso profissional? ingressar na universidade? fazer investigação ou desenvolver uma atividade técnica?) o mais certo é acabar num estado difuso, em que saltita de escolha para escolha sem assentar verdadeiramente em nenhuma.

http://www.boreas.com.br/pt-br/praticas-orientacao-vocacional.asp

4. **Conhecer o que existe para escolher**. Quanto mais informações forem recolhidas acerca das oportunidades que existem e das respetivas condições de acesso (que cursos de nível secundário estão disponíveis na minha área de residência, em que consiste cada um deles, a que possibilidades escolares e profissionais permitem aceder, quais as disciplinas e classificações necessárias para "entrar" num determinado curso superior, etc.), mais consciente será a escolha.
5. **Tomar decisões**. Num determinado momento vai ser necessário decidir e se é certo que escolhas de natureza vocacional podem provocar alguma ansiedade – assumindo, logo aos 15 ou aos 18 anos, que já nem tudo o que se desejaria vai ser possível de alcançar – deve tranquilizar o jovem saber que a escolha que ele está a efetuarestáfundada no melhor conhecimento possível da pessoa que ele é e daquilo que o rodeia.
6. **Estabelecer planos de ação**. Realizar uma escolha é só o princípio. Depois, tão ou mais importante, é ser capaz de desenhar um percurso para se atingir o que se pretende; isto vai exigir esforço, sofrimento, aqui e ali alguma frustração e até por vezes a vontade de desistir ("vou mudar de curso" é uma frase frequentemente ouvida). Costuma dizer-se que a criatividade é basicamente 90% de transpiração e apenas 10% de inspiração. Aqui não é muito diferente: atingir o que se pretende implica muita planificação, o que se traduz essencialmente pela capacidade de controlar tudo o que estiver ao nosso alcance.
7. **Manter sempre um plano alternativo**. Uma escolha vocacional faz-se a lápis. Isto significa que, no limite, deverá existir sempre a possibilidade de apagar a escolha anteriormente feita e reescrever uma outra. É importante, porém, que a mudança (de área ou de curso) não seja vista como um fim em si mesmo ("vou mudar porque não gosto") mas como uma mudança para algo que constitua efetivamente uma alternativa que promova um melhor ajustamento do jovem ao percurso escolar.

Outrora, frequentar um curso de nível secundário e sobretudo atingir a universidade eram oportunidades reservadas a poucos e que davam origem, de uma maneira geral, a profissões diferenciadas, bem remuneradas e com prestígio social. Hoje já não é assim. A frequência de percursos escolares longos, por si só, não garante o sucesso profissional, o que faz sobressair ainda mais a importância da escolha vocacional nos momentos de transição entre ciclos de estudo – do básico para o secundário e deste para o superior.

Estabelecida desde há muito como uma vertente da intervenção psicológica, a psicologia vocacional – também chamada orientação vocacional – é um importante auxiliar dos jovens e seus pais para encarar o processo de escolha vocacional de uma forma integrada, desempenhando um importante papel na prevenção do abandono escolar. Sendo praticamente impossível, aos 15 ou aos 18 anos, garantir com 100% de certeza que se está a tomar a "decisão acertada", a psicologia/orientação vocacional cria condições para que o jovem explore "as melhores decisões possíveis", conjugando dimensões de natureza racional (o que será "melhor para mim" no futuro…) e emocional (atendendo também a desejos e expetativas).

*Psicóloga

// DIALOGANDO COM AS PEDAGOGIAS DA INFÂNCIA

Gorete Azevedo *

"A pedagogia da infância pode reclamar que tem uma herança rica e diversificada de pensar a criança como ser participante, e não um ser em espera de participação".
(Oliveira-Formosinho, 2007)

A herança pedagógica dos dois últimos séculos permite-nos contrastar com os dois modos de fazer pedagogia na educação de infância: o modo de transmissão e o modo da participação.

A pedagogia da transmissão centra-se na lógica dos saberes e no conhecimento que quer veicular às crianças tendo como objetivo que estas adquiram capacidades pré-académicas, acelerem as aprendizagens e compensem os déficits através de um método centrado no educador, centrado na transmissão e nos produtos. Os materiais encontram-se estruturados e a sua utilização é regulada pelo próprio educador, os conteúdos assumem-se como capacidades pré-académicas onde é usada a persistência e uma linguagem adulta.

Alguns pedagogos como Dewey, Freinet, Malaguzzi, Paulo Freire, Sérgio Niza, são alguns exemplos que contribuíram para desconstruir este tipo de pedagogia e procuraram modos alternativos visando a reconstrução de uma pedagogia da infância para o século XXI –pedagogia participativa

A pedagogia participativa teve origem em Portugal, desde o início da década de 1990, associada à perspetiva pedagógica da Associação Criança, sendo esta assente numa pedagogia socio construtivista participativa. A Associação Criança é apoiada, desde a sua criação, pela Fundação AgaKhan Portugal, sendo a pedagogia participativa utilizada atualmente em parceria com esta fundação, em vários contextos, na área da Grande Lisboa (Oliveira-Formosinho & Formosinho, 2013, p.26).

A pedagogia participativa encontra-se enraizada na família das pedagogias participativas tendo estas como objetivo o envolvimento dos atores na experiência e a construção da aprendizagem na experiência contínua e interativa. Estas pedagogias surgem em oposição às pedagogias transmissivas e de cariz tradicional perspetivando um novo olhar sobre o papel da criança, do adulto e do processo de ensino aprendizagem. Segundo Oliveira-Formosinho e Formosinho (2013, p.28) a imagem da criança é a de um ser com competência e atividade e o papel do professor é o de organizar o ambiente e observar e escutar a criança para a compreender e lhe responder. O processo de aprendizagem é pensado como um espaço partilhado entre a criança e o adulto.

A democracia baseada na conceção de John Dewey sustenta teoricamente a pedagogia-em-participação conferindo-lhe como missão a promoção de igualdade de oportunidades para todos e uma educação para a diversidade. Pela democracia, todos os intervenientes no processo de ensino-aprendizagem vivem em comunidade através de experiências comunicativas, contínuas e partilhadas. Segundo Oliveira-Formosinho e Formosinho (2013, p.31) os objetivos da pedagogia participativa são os de apoiar o envolvimento da criança no continuum experiencial e a construção da aprendizagem através da experiência interativa e contínua, reconhecendo-se à criança tanto o direito à participação como o direito ao apoio sensível, autonomizante e estimulante. A pedagogia participativa assume os centros de educação de infância como espaços democráticos que visem a promoção da igualdade de oportunidades, a inclusão das diversidades, a participação das crianças e adultos e a responsabilidade social pelas crianças e famílias tudo enquadrado na cultura da comunidade local.

A pedagogia participativaadota eixos pedagógicos interdependentes e definidores de intencionalidade pedagógica e que aspiram o desenvolvimento de identidades. Segundo Oliveira-Formosinho e Formosinho (2013, p.20) o desenvolvimento de identidades sócio -histórico-culturais é um processo de aprofundamento das identidades: cultivar a humanidade através da educação fazendo dela um processo para cultivar o ser, os laços, a experiência e o significado. Neste sentido, a pedagogia participativadeverá potenciar as áreas de aprendizagem em torno do ser/estar - identidades, narrar/criar - significados, pertencer/participar – relações e explorar/comunicar – linguagens.

Esta pedagogia é organizada em torno diversas dimensões: espaço e materiais pedagógicos; tempo pedagógico; interações; observação, planificação e avaliação; organização de grupos; projetos e atividades. Os espaços são constituídos por áreas diferenciadas com materiais próprios assumindo-se como "territórios plurais de vida, experiência e aprendizagem, a organização do espaço não é permanente: deve adaptar-se ao desenvolvimento das atividades e dos projetos ao longo do ano, devendo incorporar materiais produzidos pelas crianças" (Oliveira-Formosinho & Formosinho, 2013, p.45). Nos espaços, os materiais pedagógicos constituem o pilar central entre o educador e a criança permitindo à criança uma pluralidade de experiências através do brincar e do jogar. Para Oliveira-Formosinho e Formosinho (2013, p.45) a imagem de criança competente, como sujeito de direitos e especificamente do direito à participação em colaboração com pares e adultos, encontra apoio diferenciado conforme as escolhas de materiais pedagógicos. Neste sentido, as relações e interações sustentadas num clima de participação e cooperação edificam a pedagogia-em-participação.

Os tempos pedagógicos organizam a rotina diária do dia e da semana criando diferentes ritmos para as crianças: trabalho ao nível individual, a pares, em pequenos grupos e em grande grupo. Esta pedagogia favorece a organização dos grupos ao nível vertical, isto é, grupos heterogéneos surgindo assim uma vasta diversidade cultural.

Na pedagogia participativaa planificação baseia-se na escuta ativa das crianças, isto é, a planificação cria "momentos em que as crianças têm direito de se escutar a si próprias para definir as suas intenções e para escutar as intenções dos outros" (Oliveira-Formosinho & Formosinho, 2013, p.48). Ao adulto cabe o papel de observar contextualmente as aprendizagens da criança no contexto educativo assumindo a observação e a escuta processos contínuos que permitem ao adulto procurar conhecimento sobre as crianças. Por outro lado, o processo de negociação surge na pedagogia participativade forma a "debater e consensualizar com a classe os processos e os conteúdos curriculares, bem como o ritmo e os modos da aprendizagem" (Oliveira-Formosinho & Formosinho, 2013, p.48).

As atividades e projetos sustentadas pela intencionalidade são na pedagogia-em-participação baseados no envolvimento e na dinâmica motivacional uma vez que "os projetos implicam necessariamente um envolvimento mais persistente e duradouro baseado na pesquisa explícita apoiada de um grupo de crianças para resolver um problema" (Oliveira-Formosinho & Formosinho, 2013, p.50). A avaliação é um processo baseado na documentação pedagógica permitindo que, em parceria e colaboração com as crianças, o adulto possa escutar, interpretar e compreender as aprendizagens. Neste sentido, a documentação pedagógica permite reconstruir a imagem da criança, apoiar o desenvolvimento de identidades individuais e de grupo, refletir sobre a aprendizagem, apoiar a planificação, a monitorização e compreender o fazer, sentir e aprender da criança. Todo o processo de documentação pedagógica serve de sustentação à própria pedagogia permitindo uma meta-aprendizagem de todos os que vão (re)construindo essa pedagogia, pois documentar permite descrever, interpretar, narrar a experiência, significá-la e (re)significá-la. Serve também para monitorizar, supervisionar e avaliar o fluir das atividades e projetos, das realizações e aprendizagens.

Através deste processo de avaliação, a documentação pedagógica assume-se como um processo central que coloca o aprender no centro facilitando, deste modo epistemológico socio construtivista, a aprendizagem de conteúdos curriculares, o desenvolvimento da "super competência" (super-skills) do aprender a aprender e ainda a criação de disposições para aprender(Oliveira-Formosinho & Formosinho, 2011, p.116).

Referências Bibliográficas

• Oliveira-Formosinho, J. (Org.) (1996). *Modelos curriculares para a educação de infância*. Porto: Porto Editora.

• Oliveira-Formosinho, J. (2002). A *supervisão na formação de professores I – Da sala à escola*. Porto: Porto Editora.

• Oliveira-Formosinho, J. (2002). A avaliação alternativa na educação de infância. In J. Oliveira-Formosinho (Org.). *A supervisão na formação de professores I – Da sala à escola*. Porto: Porto Editora, pp.144-165.

• Oliveira-Formosinho, J. (Coord.) (2009). *Desenvolvendo a qualidade em parcerias – Estudos de caso*. Lisboa: Ministério da Educação - DGIDC.

• Oliveira-Formosinho, J. (Org.) (2011). Pedagogia -em-participação: A perspetiva da Associação Criança. In J. Oliveira-Formosinho & J. Formosinho. *O espaço e o tempo na Pedagogia-em-participação*. Porto: Porto Editora, pp. 97-117.

• Oliveira-Formosinho, J. & Formosinho, J. (2013). A perspetiva educativa da associação criança: A pedagogia-em-participação. In *Modelos curriculares para a educação de infância. Construindo uma práxis de participação.* (pp.25-60). Porto: Porto editora.

*Educadora de Infância
Mestre em Ciências da Educação

// EXPRESSÃO CORPORAL E DRAMÁTICA NA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA

CAO - CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS / LAR RESIDENCIAL

*Cátia Graça **

As limitações desvanecem, tudo se funde.
O espaço e o corpo fazem parte de um todo,
onde tudo se consegue
e se transforma em arte.
Cátia Graça

A expressão corporal e dramática permite-nos o encontro connosco próprios, a descoberta do outro e do que nos rodeia.

Nas pessoas portadoras de deficiência apresenta-se como um desafio, oferecendo benefícios aos nossos utentes e a oportunidade de se desenvolverem a nível:

• Físico - ao explorar o corpo através de movimentos, respiração, perceção do equilíbrio, compreensão do espaço que preenche no vazio, do espaço entre ele e o outro, do ponto do corpo que está em contato com o chão, domínio e manutenção do próprio corpo, desenvolvimento da linguagem corporal, entre outros;

• Socio-afetivo - na gestão de emoções, compreender e transformar sentimentos, sensações, ajuda a libertar tensões, melhoria das relações e comunicação com o outro, compreensão do meio envolvente;

• Cognitivos - possibilitando a melhoria da concentração, memória, observação e criatividade.

Estas componentes parecem simples, mas revelam-se muito complexas e minuciosas de serem trabalhadas. Ao tomarmos consciência do nosso interior, permitimo-nos ir à busca de sensações/sentimentos guardados para os libertarmos através da expressão das emoções.

O palco apresenta-se como
um lugar "sagrado",
onde o foco, o silêncio,
o respeito pelo outro são fundamentais.
Cátia Graça

Em palco, cerca de 15 utentes conectam-se consigo mesmo (corpo e mente) e iniciam o processo de criação de movimentos que representam as suas emoções. Desenvolvemos "coisas" preciosas que fazem parte do interior de cada um, tornando-se intenso e dando lugar, assim, a uma união dos movimentos construídos que se complementam num só momento.

Torna-se um desafio enorme de ser desenvolvido, compreendido e exposto como expressão através do corpo. O utente tem de estar disposto a escutar-se, compreender, sentir, a ter consciência corporal, que lhe permita coordenar uma unicidade corpo/emoção/expressão.

Como se explica o que se pretende construir e corrigir a uma pessoa que não compreende o conceito das palavras ?

Todos os sentidos têm de estar despertos para quem procura recolher algo do outro e construir. Após demonstrar o que é pretendido através do corpo e com recurso à repetição, torna-se crucial fazer a leitura de todos os sinais que nos são transmitidos pelos utentes, permitindo-nos, assim, perceber o que conseguem memorizar, e, a partir daí, ajustar o que se pretende apresentar atendendo às suas capacidades no momento. Inicia-se o preenchimento de vazios na música e/ou palco, com tempos e perceções do espaço diferentes, conseguindo que faça sentido para os utentes e que se sintam motivados para repetições, por vezes diárias, até à apresentação.

A pessoa portadora de deficiência, na expressão corporal e dramática, tem a possibilidade de compreender as suas capacidades e de poder explorá-las a cada dia, percebendo que pode construir mais ao utilizar e ao alimentar a sua criatividade.

Um gesto repetitivo de um utente, associado a uma música, permite transmitir uma mensagem, sensações, pensamentos, etc.

"O corpo diz o que as palavras
não podem dizer."
Martha Graham (1894-1991).

Tudo nos permite criar. Não existem limites. Tudo se pode transformar em arte e despertar a sensibilidade de quem assiste.

A expressão corporal e dramática abre a porta da sociedade às pessoas portadoras de deficiência, sendo que, através da utilização espaço/tempo, movimentos/emoções, se consegue uma partilha com o outro. Uma partilha de mensagens e pontos de reflexão, transmitidos, por vezes, como resposta a perguntas internas, que todos procuramos e que transformam o nosso estado de espírito.

Tudo está infimamente relacionado. Aquilo que transmitimos ao outro é sentido e explorado pelas partículas de cada corpo, dando o nome ao nosso grupo ***"Fragmentos Vitais"***. Cada fragmento partilhado permite uma simbiose com quem assiste. Este "todo" torna-se assim em algo magnífico.

*Animadora Sóciocultural

// A CAPELA DO CALVÁRIO ARCOS DE VALDEVEZ [1]

Eduardo Pires de Oliveira [2]

Pode dizer-se que a pequena capela do Calvário, uma obra muitíssimo cenográfica, nasceu para a História de Arte em 1973 pela mão de Robert Smith, o grande investigador americano, da Universidade de Filadélfia, a quem o conhecimento do barroco e do rococó de Portugal em geral e do Minho em particular tanto deve.

Robert Smith foi, quase se pode dizer, o pai do barroco e do rococó português. Não fosse ele, não fossem os seus trabalhos de investigação e divulgação e a História de Arte Portuguesa dos séculos XVII e XVIII ainda teria muito caminho para percorrer.

Robert Smith tinha uma série de qualidades e vantagens que os portugueses não possuíam. Vejamo-las: (1) grandes facilidades económicas para se movimentar, mesmo tratando-se de viagens interatlânticas para o Brasil; (2) possibilidade económica e de tempo para fazer grandes estadias em Portugal; (3) tinha o seu espírito livre para olhar para todos os lados do país, não se debruçava apenas pela capital, por Lisboa, e pela sua envolvente. As suas obras mais vibrantes são precisamente aquelas que dedicou ao Norte do país, a Braga, a Viana do Castelo, ao Minho e ao Porto e às figuras de alguns dos seus maiores criadores, André Soares, Frei José Vilaça, Frei Cipriano da Cruz e Nicolau Nasoni, entre outros. O facto de, por exemplo, ter escrito sobre obras do concelho de Arcos de Valdevez[3] mostra bem a sua liberdade intelectual e a plena consciência que tinha de que o país era um todo e não apenas uma parte.

Mas também tinha alguns defeitos que se iriam repercutir na sua obra. A primeira era uma enorme soberguidão. É natural: Smith encontrou um sem fim de obras fabulosas sobre as quais ainda ninguém escrevera nada ou quase nada e, ainda por cima, foi confrontado com arquivos absolutamente virgens que lhe permitiram conhecer a par e passo a génese e desenvolvimento da maior parte daquelas obras. Mais ainda, tinha dinheiro para encomendar pesquisas ou fazer leituras dessa documentação, uma tentação em que um investigador nunca deve cair.

Ao mesmo tempo, Smith tinha também uma imensa memória, uma enorme argúcia e um grande conhecimento do reportório das gravuras de Augsburgo e Paris, fonte fundamental para o estudo da maioria destas obras, sejam de arquitectura, de talha, de escultura, de azulejo, etc. Teve a possibilidade de calcorrear bibliotecas e museus, ver todo esse mundo de gravuras que a sua memória privilegiada logo gravava.

Smith pôde, também, ver detidamente as obras em que o barroco e o rococó minhoto se inspirou, nomeadamente as grandes basílicas e palácios da Baviera. Essas viagens foram fundamentais porque só vendo *in loco* estes edifícios é que se pode compreender em toda a sua extensão as que foram feitas no Minho.

Era, além disso um excelente fotógrafo. Escrevia muitíssimo bem, tinha uma escrita corredia, fácil, agradável. Tinha ainda facilidade em convencer editores a editar livros com excelente qualidade gráfica e muitas imagens, como, aliás, devem ser sempre os livros e História de Arte. Nesse aspecto pode dizer-se que foi com ele que se operou uma revolução na edição em Portugal.

A capela do Calvário – que por razões que desconhecemos Smith apelidou de Crucifixo – era uma entre as inúmeras pequenas capelas do Minho. Não se pode dizer que era uma daquelas que se passa ao lado sem se ver porque os seus criadores a tinham colocado num local de destaque, sobranceira a uma praça pública, a principal da vila, onde estava situado o símbolo maior do concelho, o edifício da Câmara Municipal, e aonde se fazia a feira. Esta implantação privilegiada foi fundamental para a sua construção.

A partir dos finais da Idade Média foi normal a construção de vias-sacras, a forma possível que muitas terras tiveram de recriar o caminho para Jerusalém. Se numas a via-sacra era feita com cruzes que representavam as diversas estações, noutras, mais ricas ou com gente mais arrojada, essa via-sacra era realizada com capelas e esculturas, o que pode ser visto como uma forma mais "realista" porque os grupos escultóricos recriavam a forma, o passo que se queria mostrar aos crentes. O Bom Jesus do Monte, a Senhora da Peneda e Nossa Senhora de Porto de Ave são os mais complexos e espectaculares entre estes lugares no Minho.

Mas houve outras formas de realizar esta vontade de recriar a paixão de Cristo. Uma foi através de encenações e de representações teatrais mais ou menos complexas, mais ou menos longas. Outras foram e são as procissões da quaresma; se virmos bem, as procissões não são mais do que uma série de encenações que em sequência se vão recriando ora um passo, ora um determinado momento da vida de Cristo, sendo que estas interpretações podem ser diferentes de lugar para lugar, conforme a vontade e as possibilidades económicas das pessoas que as organizam. Uma terceira forma encontrada foi a de se fazer pequenas capelas onde eram colocadas esculturas que representavam um passo, normalmente representado a crucificação, o momento chave da subida ao monte Calvário.

É possível que tivesse havido na vila dos Arcos de Valdevez um conjunto de passos, ou dentro da igreja da Misericórdia ou fora. Um destes, o da crucificação e morte de Cristo, sem dúvida o momento maior, merecia uma atenção especial. Caso fossem fora da igreja é possível que esses passos estivessem numa sequência que ia da igreja da Misericórdia até à acrópole da vila, ao lugar aonde estava situada a igreja matriz. A configuração do terreno, a subir, ajuda a esta hipótese pois o caminho do Calvário também é a subir e voltada a poente, ou seja, com a mesma implantação das capelas e igreja dos santuários cristológicos.

Um documento de 28 de Março de 1767 dá-nos conta não só da existência desses passos como, também, de um Calvário. É a reforma dos passos contratada por Diogo Luís da Silva pela quantia de doze moedas de 4$800 réis " *(…)obrigando-se a fazê-los à satisfação da mesa assim o calvário como os passos*[4]".

Como seriam esses passos? Como seria esse Calvário? Onde é que estaria situado? A informação não no-lo diz; excepto que o Calvário era uma armação *de pau que é nas costas da Capela desta igreja do Santíssimo Sacramento*[5]. Ou seja, no local onde viria mais tarde a ser construída a capela do Calvário.

Sabemos que na reunião havida no início da quaresma do ano de 1774, no dia 20 de Fevereiro[6], a Mesa da Misericórdia não questionou o fazerem-se os costumados passos. Mas atendendo ao mau momento financeiro, deveria ser pensada a forma como seriam realizados e o local em que seriam colocados se *dentro da Igreja Matriz quere no lugar costumado*. Posta em discussão esta questão, um mesário defendeu que *dentro da Igreja se formava de mayor commodidade porque com as peças de que se compunha se servião também os Ir-*

---

[1] Agradeço à minha Amiga Lúcia Afonso o convite para escrever este texto, as informações e as conversas que tivemos sobre esta capela, bem como as transcrições em português arcaico e as fotografias que o ilustram.

[2] epoeduardo@gmail.com. ARTIS/Instituto de História de Arte, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa

[3] SMITH, Robert C. - *A Igreja do Espírito Santo, de Arcos de Val de Vez, e o seu recheio artístico segundo os documentos da Irmandade*. In: OLIVEIRA, Eduardo Pires de – *Estudos sobre os séculos XVII e XVIII no Minho. História e Arte*. Braga: APPACDM Distrital de Braga, 1996. Preferimos esta versão à que foi originalmente no jornal "Notícias dos Arcos", nos dias 17 de Outubro e 14 e 28 de Novembro de 1965 por a reedição ter sido bastante anotada.

[4] Arcos de Valdevez. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia. *Termos da Mesa, 1742-1769*, fól. 128.

[5] *Livro das Entregas dos títulos, Fabrica e mais Couzas pertencentes a Confraria do Santíssimo Sacramento desta villa 1771 - 1835*, fól. 38v. Com data de 12 de Agosto de 1775.

[6] Arcos de Valdevez. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia. *Termos da Mesa, 1769-1788*, fól. 29v-31.

mãos da Confraria do Senhor para o Passo do Enterro e formandosse o Calvario no lugar costumado era a despeza muito mayor e as rendas da Caza estavão atenuadas de forma que costava muito trabalho satisfazer as obrigaçõis. E acrescentou que a formatura do Calvario no lugar costumado protestava não ser responsavel a este respeito porque declarava o seu voto ser para que se fizesse na Igreja. Mas a maior parte dos mesários não concordou; e andando o escrutínio fosse vencido pella pluridade de votos que o Calvario se fizesse no lugar costumado contra os votos dos Irmãos o Reverendo Antonio Luis de Caldas Lobato e do Doutor Agostinho Antonio de Azevedo que se conformarão com o voto do Irmão [fl.31v.] com o Irmão o Doutor Joze Luiz de Azevedo Pereira.

Os mesários que queriam que a obra fosse feita, ganharam. Mas será que terão mesmo vencido? A verdade é que só muito dificilmente se pode ter tudo quanto se quer. Quanto as finanças, estão em baixo e é necessário haver o cuidado de fazer um rateio, ver o que se pode ou não fazer, onde é que é necessário cortar para se poder realizar o que foi decidido por maioria. E aqui na Misericórdia dos Arcos de Valdevez era, naqueles tempos, necessário tomar esse cuidado, fazer essa ginástica financeira: os bens de que dispunham estavam fortemente penalizados pelas muitas missas a que a instituição se obrigara. Além de que não se podia esquecer que era moralmente mais correcto fazer gastos com pobres do que em acções exteriores, mesmo que fossem de cariz religioso como era, por exemplo, a procissão dos Passos; era essa a atitude do provedor da Misericórdia: *(…) pello Irmão o Reverendo Provedor desta Santa Caza Miguel de Souza foy dito que atendendo ao estado em que a Mizericordia se acha ao tempo prezente de não poder suprir com as obrigaçois por estar os seus bens gravados com Cappellas e mais despezas que um não consentia o mesmo que houvece procissão de Paços por não ter directamente rendas para isso ainda que fosse o costume antigo o fazerce e por os excessivos gastos que trás consigo que eu escrivão desta Santa Caza me conformo com o requerimento do Mui Reverendo Senhor Provedor em parte do seu requerimento e na materia da factura dos Passos e toda a sua despeza que se faz com semelhantes funcoez não concentia pello [seu] voto em despeza alguã antes sim em que no gasto e despeza que se fazia nesta função dos Santos Passos se repartisse digo se reparticem pellos [fl.31] pobres mais necessitados por ser obra de caridade e por este motivo protestava não ser responsável de que para constar fes este termo (…).*

A procissão dos Passos pode não ter sido feita naquele ano de 1774, mas a ideia de se fazer um Calvário haveria de ir avante, um dia teria que receber uma forma definitiva.

A verdade é que os mesários deveriam estar cansados de ter gastos em armar e desarmar o passo todos os anos. A construção de uma estrutura que ficasse para sempre não sairia barata, mas tinha várias vantagens. Uma era a das poupanças futuras. Uma segunda é que sendo em pedra, com uma estrutura coberta como uma capela, as imagens ficariam protegidas da chuva. E podemos considerar que havia ainda uma outra que não seria menor: a Misericórdia passaria a ter visibilidade física em dois locais diferentes da vila o que, naturalmente, deveria deixar contentes os seus membros. Mas, naturalmente, os Mesários não manifestaram estas intenções quando em Agosto de 1775 pediram autorização à confraria do Santíssimo Sacramento da Igreja Matriz para colocar num terreno que estava sob a sua alçada um Calvário definitivo.

A resposta obtida foi positiva, mas com a natural ressalva de que qualquer problema que fosse criado na igreja ou nas canalizações das águas com esta construção teria que ser resolvido a expensas da Misericórdia. Vejamos esse documento: *Aos doze dias do mês de Agosto de mil e sete centos e setenta e cinco estando nesta casa do despacho da Confraria do Senhor desta vila de Arcos os oficiais da mesma confraria abaixo assinados, apareceram nela presentes o Reverendo José Luís de Araújo escrivão de Casa da Santa Misericórdia da mesma vila e Alexandre António de Brito Brandão; e Adrião Jose Pinto; e o Doutor Jose Luís de Azevedo Pereira; e Mathias de Sousa e Luís Pereira todos Irmãos da Misericórdia desta mesma vila da mesa da mesma Misericórdia. E por eles foi requerido que para evitar as grandes despesas que se faziam todos os anos na Armação do Calvário para a função dos Passos tinham assentado na mesa da Misericórdia de mandar fazer hum Calvário permanente de pedra, no mesmo sitio que se costumava armar de pau que é nas costas da Capela desta igreja do Santíssimo Sacramento na forma do risco e para se fazer a dita obra vinham pedir licença a esta mesa e esperavam se lhes concedesse por ser destinada ao culto divino e em a[…] da Misericórdia e estando também o irmão Bento Cerqueira […] [fl. 39] e ouvindo o requerimento os oficiais da Mesa foi por eles respondido que concediam a licença para a factura do Calvário no sitio declarado com a condição de que no caso que para a segurança do Calvário fosse preciso bulir algumas […] ou cunhais dela; se tornaria a compor tudo a custa da Misericórdia de forma que fique a costã e cunhais em a segurança e firmeza que*

[…]. E no caso que no tempo futuro resulte algum prejuízo, ou dano à mesma costã ou cunhais por causa da fábrica do mesmo Calvário; será a mesma Misericórdia obrigada a refazer o dito prejuízo a sua custa mas não o que for causado por outro motivo e com estas condições houveram a licença pedida por concedida que os sobreditos irmãos da Misericórdia aceitaram e obrigavam às mesmas rendas da Misericórdia a satisfação dos prejuízos na forma que fica declarado em certeza de que se fês este termo que os oficiais da Mesa assinaram com os sobreditos irmãos da Misericórdia sendo testemunhas presentes o vigário António de Amorim e Bento José Esteves todos desta vila dos Arcos e eu Miguel de Souza secretario desta confraria que o escrevi e assignei Miguel de Souza[7].

O curioso é que a direcção da Misericórdia fez o pedido à sua congénere mais de uma semana antes de colocar a questão da construção definitiva do passo aos mesários: é que a reunião só foi realizada no dia 20 de Agosto[8]! Nessa reunião, foram expressas as razões porque deveria ser efectuada uma obra com carácter definitivo: (…) *na armação do Calvário que costumava armar-se na costã da capela do Senhor da Igreja Matriz desta vila para a função dos Passos cuja armação se faria de madeira e muitas vezes ficava sendo a despesa dela inútil por causa das chuvas que impediam a armação como muitas vezes tinha acontecido (…)* e, *também, que (…) era mais útil fazer-se um calvário permanentemente de*

[7] Livro das Entregas dos títulos, Fabrica e mais Couzas pertencentes a Confraria do santíssimo Sacramento desta villa 1771 - 1835, fól. 38v.

[8] Arcos de Valdevez. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia. Termos da Mesa, 1769-1788, fls. 39v-41.

pedra que preparado uma vez com as sagradas imagens evitasse a despesa anual da armação fazendo-se o Calvário de pedra no mesmo sítio, com licença dos oficiais da mesa da Confraria do Senhor.

Tendo havido concordância da Mesa, os proponentes não só apresentaram de imediato uma planta da futura capela como, ainda, fizeram correr uma arrematação pública pois já tinham feito constar nos lugares costumados que a Misericórdia queria construir uma capela e que seria naquele dia feita a consulta pública aos pedreiros que a quisessem edificar. O lance menor, 105$000 reis, foi apresentado pelo mestre pedreiro Domingos Álvares Fernandes, da freguesia de Navarra, Braga: *E ouvido o requerimento e conhecida a utilidade dele mandaram que o Calvário se fizesse de pedra pela referida planta que eu escrivão firmei, a qual aprovaram, procedendo licença à dita confraria, mandaram mais que por se acharem presentes vários mestres pedreiros se metesse a lanços a dita obra e se rematasse a quem por menos a fizesse; tomados os lances se arrematou a obra ao mestre pedreiro Domingos Fernandes, da freguesia de São Lourenço de Navarra, termo da cidade de Braga, por preço de cento e cinco mil réis, o qual se obrigou a fazer a obra na forma da planta e dos apontamentos que ficam no cartório, com a declaração porém que as portas abrirão para dentro não obstante o que diz a planta e o acréscimo a este respeito para o dito mestre será regulado pela pessoa que o entenda escolhida por esta mesa e que deste contrato se fará escritura querendo a mesa ou também o dito mestre, enquanto aos pagamentos se irão fazendo à proporção da obra, os quais irá recebendo debaixo de fiança e o último pagamento se entregará depois de vista e examinada a obra observando-se também os apontamentos já feitos que já o dito mestre assinou e ficam no cartório (...)*

Lamentavelmente não se diz quem foi o autor do risco, sabe-se apenas que havia um projecto, isto é, que a capela, o passo, seria feita da *forma da planta e dos apontamentos que ficam no cartório*. O problema, para nós, é que esses documentos já não estão no *cartório*, perderam-se com o tempo, quiçá logo após a obra ter ficado concluída, como era usual. A verdade é que guardar papéis nunca foi uma prática que tenha agradado aos portugueses…

A obra ficou decidida. Mas não da forma exacta como estava lançada no papel, pois vimos que logo na arrematação foi decidido que as portas deveriam abrir para dentro, o que é invulgar e contrariava a planta *(com a declaração, porém que as portas abrirão para dentro, não obstante o que diz a planta).*

Informações posteriores mostram-nos que houve posteriormente mais algumas alterações que ensinam-nos que se foi além do que ficara lançado naquela acta. Uma tem a ver com a forma de pagamento: a acta de 13 de Dezembro daquele ano refere que se entregou uma quantia, à cabeça, ao pedreiro, 25$000 reis, muito possivelmente para se avançar no partir, desbastar e conduzir a pedra que iria ser utilizada desde a pedreira até ao local onde a capela seria levantada[9].

O facto de nessa acta se referir a existência de um *risco que está assinado pelo mestre pedreiro e por mim escrivão* não é minimamente indicativo da autoria do projecto. Os "papéis" eram assinados para funcionarem como uma segurança quer para o executante, o pedreiro, quer para o encomendador, a Mesa, pois no fim eram de novo consultados para se ver se a obra tinha sido feita conforme o projecto.

Na reunião do dia 13 de Dezembro daquele ano de 1775 foi determinado que se deveria avançar com a obra. Esta disparidade de tempo entre a data da arrematação e a do início da obra foi uma prática corrente; é que se umas vezes era por causa do pedreiro ter que acabar uma obra em que estava a trabalhar, noutras tinha a ver com o encomendador não ter dinheiro disponível para, naquele momento, pagar o adiantamento que era normalmente aprazado.

Com a obra em andamento, a realidade mostrou que havia imperfeições no projecto, quer no que respeita à área interna que a capela deveria ter para poder expor o figurado – isto se, acaso, não foram mantidas as imagens existentes, o que me não parece plausível – quer na parte de arquitectura.

[9] Arcos de Valdevez. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia. Termos da Mesa, 1769-1788, fól. 47. Acta da reunião de Mesa de 13 de Dezembro de 1775.

Chamado um *mestre arquitecto* para dar o seu parecer, Manuel Luís Rego, detectou que havia bastante trabalho a mais – cornijas, friso, arquitrave, soco, embasamento e escadas – e que estes estavam avaliadas em 78$180 réis, um valor que a Mesa concordou em pagar porque tinha considerado que esses acréscimos deveriam ser feitos. Além destes acréscimos, foram ainda pagos mais 10$000 réis ao mestre pedreiro, quer porque uma parte da pedra que quebrou não prestava, quer porque havia sido usada outra que era de melhor qualidade do que a que ficara consignada no risco que tinha sido assinado. Ou seja, o valor final da obra acabou por ser muitíssimo maior do que aquele por que fora arrematada, pois cresceu quase 75%: (...) *pelo senhor procurador, o reverendo Miguel de Sousa, abade desta vila, foi requerido que na obra do calvário que tinha tomado o mestre pedreiro pelo termo neste livro a fólio 47, fora preciso depois do dito ajuste haver acréscimo [da] obra para melhor formusura dela e acomodação maior do dito Calvário cujos acréscimos custaram, digo, constavam de cento e vinte e oito palmos de cornija e friso e arquitrave que foram avaliados pelo mestre arquitecto Manuel Luís Rego a preço de $240 réis o palmo, e de soco e de embasamento cento e vinte e oito palmos, que foram avaliados pelo mestre arquitecto a preço de $120 réis o palmo e mais sete braças e sessenta e oito palmos de alvenaria que foram avaliados a preço de 3$000 réis a braça e mais o acréscimo que houve na escada do mesmo Calvário que foi avaliado pelo mesmo arquitecto em 9$400 réis que vem a fazer todos os acréscimos da obra que excederam a que estava dada pela planta do mesmo Calvário a soma de 78$180 réis e porque todos os ditos acréscimos se tinha determinado em mesa o fazerem-se por isso para constar fiz este termo que tudo foi visto e avaliado pelo sobredito mestre arquitecto e para haver de pagar ao mestre pedreiro Domingos Fernandes Álvares e porque também o dito mestre pedreiro tinha tido alguma perca por conta de lhe não servir muita pedra que tinha quebrado e já quebrado para o mesmo Calvário pelo risco que a mesa passada lhe tinha dado e que esta mesma não aprovou e por ter feito mais perfeição em parte da mesma obra do que estava assinalado no risco em atenção a tudo isto lhe parecia justo se lhe dessem mais 10$000 réis além dos acréscimos no que todos assentaram se lhe dessem e para constar mandaram que fizesse este termo (...)*[10].

Não se sabe quando é que o mestre pedreiro Domingos Fernandes Álvares começou exactamente com a obra, mas é possível que ainda tenha demorado algum tempo. Dizemos isto porque não sendo um trabalho de grande vulto só no mês de Setembro estava de forma a poder ser iniciada a obra da carpintaria e das portas. Sendo posta esta nova empreitada em hasta pública no dia 15 daquele mês, a obra foi entregue a Francisco José da Costa, do lugar do Hospital, freguesia de Rio Frio, pela quantia de 31$900 réis, valor esse que deveria ser entregue em dois pagamentos *um no princípio da obra e outro no fim dela depois de vista e examinada*. O carpinteiro teria um mês para realizar o seu trabalho pois ficou com a obrigação de o entregar até o dia 15 de Outubro[11].

Ou seja, a obra da capela do Calvário ficou concluída em finais do ano de 1776. Mas, entretanto, nos últimos dias de Abril, ou já em Maio de 1778, os mesários resolveram dar-lhe uma utilização mais ampla, decidiram requerer ao arcebispo D. Gaspar de Bragança a possibilidade de nela se dizer missa: e tinham razão na sua pretensão porque a posição da capela, sobranceira ao largo da Feira, convidava a isso. Feito o pedido, o arcebispo deu a devida autorização no dia 12 de Maio, com a condição de que após a colocação de um altar lhe deveria ser endereçado um novo pedido, agora para dar, definitivamente, autorização para nele se poder rezar missa. Infelizmente só temos conhecimento do primeiro destes documentos[12]: *Provisão a favor do provedor e mais irmãos da Misericórdia da vila dos Arcos, para poderem erigir um calvário em pedra nas costas da igreja do Salvador da vila dos Arcos.*

Dom Gaspar. Arcebispo e Senhor de Braga Primaz das Hespanhas, etc. Atendendo ao que nos representou o Provedor e mais irmãos da vila dos Arcos deste nosso arcebispado e informação do reverendo pároco e o mais que consideramos concedemos licença para que no calvário de pedra que esta nas costas da igreja do Salvador da vila dos Arcos se possa colocar um altar o qual será feito com toda a perfeição devida e concluído que seja de todo o necessário se poderá dizer missa e celebrar os ofícios divinos tendo para isso os requisitos necessários.

Setenta e três anos mais tarde, a partir do dia 15 de Maio de 1851, a capela passou a ter uma ocupação muitíssimo maior. Vendo que por *ocasião das Festividades da Semana Santa, atraía à Igreja da predita Freguesia, resultava menos […], e acatamento do que aquele que é devido ter, e manifestar na Capela do Augusto Sacramento o Reverendíssimo Senhor Joaquim Pereira Dias, Abade da mesma Freguesia, achou que, durante a referida Festividade, se devia mudar da sua para outra Capela onde estivesse com mais recato, decência e respeito. Vendo que a Capela do Senhor do Calvário, pertencente à Santa Real Casa da Misericórdia desta Vila, oferecia todas as vantagens para este fim o mais ponderoso e sabendo, que para este efeito, era indispensável abrir, resultava uma visível, e recí-*

[10] Arcos de Valdevez. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia. Termos da Mesa, 1769-1788, fls. 51v-52v. Acta da reunião de Mesa de 13 de Setembro de 1776.

[11] Arcos de Valdevez. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia. Termos da Mesa, 1769-1788, fls. 50v-51.

[12] ADB. Registo Geral, vol. 209, fls. 276v-277. Publicado em André Soares e o rococó do Minho. Vol. 2, p. 494. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras/Universidade do Porto, 2012. Acessível em http://hdl.handle.net/10216/62456

proca utilidade para o culto divino, tanto daquele, a Cargo da Confraria, como do da Santa, e Real Casa Misericórdia resolveu sugerir à Confraria do Santíssimo Sacramento, que como era tradicional no Minho, era a que servia de administradora da igreja matriz, que esta propusesse à Santa Casa da Misericórdia aquelas sugestões.

As duas instituições encontraram-se e pensaram (…) *moderadamente, e debaixo de todos os pontos de vista acerca de todo o referido, [e] acordaram e convencionaram, que tão justa, e edificante pretensão fosse levada a efeito pelo modo, e com as condições seguintes:*

1ª Na Capela do Senhor do Calvário pertencente à Santa, e Real Casa da Misericórdia desta Vila dos Arcos, e contigua à Capela do Sacramento do Salvador da mesma Vila, por autorização do Provedor, e Mesários, actuais Administradores da predita Santa Casa, se abrirá uma porta regular na parede da Capella do Senhor do Calvário, para a parte do Nascente, a fim de ser ali colocado o Augusto Sacramento na Festividade da Semana Santa, para o que, na Quarta-Feira de Trevas de manha será entregue a chave desta porta ao Juiz da Confraria do Santíssimo Sacramento.

2ª A despesa desta porta ficará a cargo metade da Santa Casa e outra metade da Confraria do Senhor.

3ª Defronte desta porta, e para a mesma parte do Nascente,e para o mesmo fim, se abrira por autorização dos representantes actuais da Confraria do Senhor, uma outra porta, cuja chave será entregue ao Provedor da Santa Casa, ou a pessoa de sua confidencia, na ocasião dos San [fl.8v.] Santos Passos = Sextas Feiras da Quaresma = ou quando porventura ali tenha de celebrar-se alguma Missa, ou […] esta Capela; sendo, porém, as despesas desta porta à custa da Confraria do Senhor[13].

Capela do Calvário: a Arte

Como dissemos no início o presente texto, foi Robert Smith o primeiro historiador de arte a olhar para esta capela e a atribuir-lhe um possível autor, André Soares e, naturalmente, uma excelente valorização do ponto de vista artístico.

Como é normal quando se não faz investigação, os que vêm a seguir aproveitam as palavras de quem avançou com o primeiro texto, sem ter o cuidado de fazer qualquer análise à obra; verdade se diga que os autores raramente escreveram mais do que duas ou três linhas. Flávio Gonçalves fez uma menção apenas de raspão, não lhe dedicando mais que um parágrafo[14]; Carlos Alberto Ferreira de Almeida foi um pouco mais longe, disse que era uma obra *erudita*[15]. Por sua vez, o padre Lourenço Alves, fez-lhe uma referência mínima; mas, possivelmente, devido à sua localização, ligou-a com a igreja Matriz e não com a Misericórdia[16]. Por fim, o padre José Borlido Carvalho Arieiro, que foi Provedor da Santa Casa nos triénios de 1964-1967; 1980-1983; 1995-1998 e 1999-2001, também não foi além do que tinham dito os anteriores autores, mas trouxe uma novidade importante, corrigiu a data da construção para 1775, sinal inequívoco de que lera as actas das reuniões da Mesa; mas continuou a atribuir o projecto a André Soares[17].

Antes de avançarmos mais, vejamos o que é que Robert Smith escreveu sobre a capela[18]: *Aliadas a esta igreja [Igreja da Lapa, Arcos de Valdevez] estão duas capelas que também atribuo a André Soares. Uma é a do Crucifixo, surgindo do braço sul da matriz do Salvador, de Arcos de Valdevez, que pode ter sido desenhada, à moda de uma capela de Passos de Braga, durante uma das visitas do grande amador [autor da igreja] de Nossa Senhora da Lapa. Tem uma planta trapezoidal sugestiva nas suas proporções da Capela da Torre, as mesmas pilastras diagonais, folhas de feitio rococó nos ornatos e uma ampla escadaria redonda, como a capela bracarense, e o mesmo encosto contra um edifício mais alto, que lhe serve de fundo dramático. Os dois edifícios têm em comum também o mesmo efeito de mostruário ou "maquineta", embora na capela do Crucifixo falte a divisão em dois andares.*

Nesta capela as linhas são mais calmas e delgadas, as formas mais lisas. O arco de remate traça o perfil da fachada da Lapa e esta encontra-se de novo na capela da Unção, do Bom Jesus de Braga, construída entre 1762 e 1765 pelos pedreiros Manuel Vivas e Ambrósio dos Santos. Juntamente com a mesma moldura da abertura da porta e pequenos obeliscos pendentes do enquadramento da portada de Nossa Senhora da Lapa. Desta também a forma de remate da capela da Unção e do pequeno chafariz ao seu lado, uma verdadeira rapsódia de curvas discretas ornadas somente de orlas em relevo, tendo no meio uma placa trilobada e por baixo uma bacia modelada como a sacada da face interna da Porta Nova, de Braga – um pequeno triunfo de linhas, que unicamente André Soares tinha a capacidade de desenhar.

Como dissemos no início do presente texto, Robert Smith queria escrever muitos textos, estudar muitos monumentos. Mas nem com a disponibilidade de tempo que tinha, nem mesmo com uma excepcional gestão desse mesmo tempo, conseguiria atingir todas as metas a que na sua ânsia, na sua entrega, se propunha. É que eram tantos os edifícios, os retábulos, as esculturas, enfim as obras de arte que lhe chamavam a atenção e que ele achava que deveriam ser estudadas que era humanamente impossível realizar uma tão grande vontade.

Diz o povo que quando se quer tudo há muita coisa que ou fica a faltar ou fica mal feita. E, no caso da capela do Calvário ficou mal feita não só porque lhe faltava fazer alguma investigação histórica mas, também, porque foi um pouco ligeiro na análise formal.

Vejamos: Smith foi correcto na análise que fez às características da capela. Mas foi, também, insuficiente.

É certo que esta capela tem um predecessor na capela de Nossa Senhora da Torre, em Braga, uma capela que tem os cantos de cada lado em V e que está colocada numa posição elevada. É certo que é um passo, coisa que ele talvez não soubesse, mas pôde intuir. E também esteve correcto ao referir que o arco que fecha a porta tem fortes semelhanças, sobretudo na parte central, com o da igreja da Lapa, ali ao lado, a uns meros 200 metros de distância. E é certo, também, que os cantos superiores da porta têm a forma e uma decoração que lembra um pouco o interior de uma orelha.

E poderia também ter dito que é igualmente uma capela que olha decididamente para a rua, que defronta o espaço público, como o fora uma outra obra de André Soares, a capela de S. Bentinho (1755), em Braga, ou como o fora feito noutra capela de Viana do Castelo, de autor desconhecido, a da casa da Praça ou das Malheiras (1759), ou, ainda, outra obra de André Soares, a igreja dos Santos Passos, em Guimarães (1769). Ou seja, o que esta capela tem de notável é o facto de ter os cantos em chanfro voltados à praça, como se abrisse a todos os que nela estavam ou passavam e o facto de olhar a praça de cima, o que fazia com que fosse vista por todos.

Mas, e aqui é que a questão não bate certo, não há a menor volumetria na capela. As obras de André Soares impõem-se pelo uso imoderado da linha curva e de algum, pouco, ornato assimétrico, de gosto rococó. Além disso há uma enorme volumetria que está sempre latente, mesmo nas mais simples. E isso não existe nesta capela, nem mesmo com os aperfeiçoamentos que, talvez, tenham sido propostos pelo mestre pedreiro que, não se pode esquecer, era natural de Braga e morador nos seus arredores pelo que conhecia perfeitamente a arte de André Soares.

Se compararmos, por exemplo, esta capela do Calvário com a única obra de Soares existente nos Arcos de Valdevez, a igreja da Lapa, vemos que não tem nem a volumetria daquela, nem a planta curva e complexa que ela apresenta.

Deve ainda dizer-se que os motivos decorativos que se veem na "orelha", na parte superior da porta ou os que estão no canto inferior, nada têm a ver com os desenhos intrincados e cuidadosos que sempre deixava nas suas obras.

Como também não era seu o uso de urnas arredondadas – que talvez se pudessem aceitar por esta ser uma obra bastante simples – em simultâneo com pirâmides absolutamente rectilínias, algo que estava fora da sua maneira de ser. E a questão é que André Soares não ficou na história de arte portuguesa por inovar – como iremos dar a conhecer num texto que publicaremos proximamente – mas sim pela sua capacidade de se renovar continuamente, de repegar no que tinha e dar-lhe um novo entendimento, que é feito com uma tal capacidade de invenção que até parece ser coisa inteiramente nova.

E não é isso o que se vê aqui nesta capela do Calvário.

---

[13] Arquivo da Igreja Matriz de S. Salvador. Arcos de Valdevez, Livro segundo dos termos da Confraria do Santíssimo. 1849 - , fls. 7v-8v.

[14] Encostada ao exterior desta capela do Santíssimo Sacramento, na fachada sul do templo, fica a pequena e formosa capela do Calvário, talvez de 1765-1767, atribuível, pela sua decoração, cenográfica, ao lápis do grande artista bracarense André Soares. GONÇALVES, Flávio – Inventário artístico da Região do Norte – I. Breve Inventário Artístico do Concelho dos Arcos de Valdevez. Porto: Comissão de Planeamento da Região Norte, 1973, p. 1.

[15] Externamente [à igreja matriz], por 1765, juntou-se, no lado sul, a erudita capela do Calvário, atribuída ao mestre André Soares. ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – Alto Minho. Lisboa: Presença: 1987, p. 131.

[16] Fora de Viana [André Soares] traçou o risco da igreja da Senhora da Lapa, em Arcos de Valdevez, e da capela exterior do Calvário da Igreja Matriz da mesma vila. ALVES, Lourenço – Arquitectura religiosa do Alto Minho. II: Séc. XVIII ao séc. XX. Viana do Castelo: [s.n.], 2000, p. 24.

[17] Em 1775 fez-se o Calvário junto à Matriz, para as cerimónias da Semana Santa, que a Misericórdia fazia, mas em pedra e não em madeira como nos anos anteriores. E fez-se com licença dos mesários da Confraria do Senhor, da Matriz, e parece ser obra do arquitecto bracarense André Soares. ARIEIRO, José Borlido Carvalho – Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez. 4º centenário – 1595-1995. 3ª edição, Arcos de Valdevez, s/n., 2001, p. 57.

[18] SMITH, Robert C. – Frei José de Santo António Ferreira Vilaça, escultor beneditino do séc. XVIII, vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972, p. 210-211.
Robert Smith também a referiu no seu livro André Soares. Arquitecto do Minho. Lisboa: Livros Horizonte, 1973, p. 65 e fot. 36.

Olhando a história, isto é, a documentação existente nos Arcos de Valdevez e em Braga, o que fizemos na primeira parte deste texto, veremos que a construção da capela só foi decidida em 1775, isto é, seis anos após a morte de André Soares (30 de Novembro de 1769). Nunca, portanto, poderia ser uma obra sua.

Resta a pergunta que ficará sem resposta: quem terá sido o autor do projecto? Responderemos que não sabemos. Terá sido Manuel Luís Rego, o mestre arquitecto que no final veio dar parecer sobre a obra a mais? Não sabemos.

Naquela data havia um entalhador em Viana do Castelo que se abalançou nas artes do risco, fossem os de arquitectura, fossem os de talha. Chamava-se ele João de Brito[19] e era oriundo de Santiago de Rebordões, uma das freguesias do Couto de Landim, um território que hoje está dividido pelos concelhos de Vila Nova de Famalicão e Santo Tirso. Mas é tão pouco o que se sabe com segurança sobre a sua vida e obra que nada se pode aqui dizer a não ser que esta capela do Calvário foi desenhada por um mestre regional que conhecia bem a obra de André Soares e que a admirava muito; mas também é verdade, que naquela data deveriam ser muitos os mestres pedreiros que tinham visto e admirado as obras do grande mestre bracarense.

Uma comparação com as duas mais interessantes capelas do alto Minho, a das Malheiras, em Viana do Castelo e a do Senhor Ecce Homo, em Padornelo, Paredes de Coura, também não nos parece fazer sentido.

O facto desta capela ter, em simultâneo, pináculos de desenhos bem diferentes, uns com a forma de urnas e outros com a de pirâmides, peças que em si são muitíssimo diversas, mostra que era alguém que não tinha rigor compositivo. E o mesmo se pode dizer sobre os tímidos enrolamentos de desenho bem arcaico que se podem ver de cada lado, nos arranques desta mesma porta. Era, enfim, alguém que se sentia devedor da arte de André Soares e que tinha alguma capacidade inventiva, mas que não conseguia levar mais longe as suas capacidades criativas porque não tinha quem o questionasse, que o obrigasse a estar mais actualizado, a reinventar-se.

O mestre pedreiro Domingos Fernandes Álvares (ou Alves)

Como é infelizmente comum, é muito pouco o que se conhece da obra deste mestre pedreiro. Sabe-se que vivia em Navarra, uma freguesia situada nas imediações de Braga, onde encontramos a viver bastantes pedreiros, muito possivelmente porque quer na área da freguesia quer nas que lhe são vizinhas, e sobretudo na de Adaúfe, havia pedreiras em exploração. Era também um artífice que tinha boa mão, basta ver o excelente trabalho da superfície das pedras ou a perfeição das arestas. Nesse aspecto, esta capela é uma obra que se deve considerar exemplar.

Domingos Fernandes Álvares está referenciado entre o ano de 1763 e o de 1795, com obras na área dos concelhos de Amares, Arcos de Valdevez, Braga e Vila Verde. Mas atendendo a esta dispersão por quatro concelhos em apenas sete obras não nos admirará que um dia que os arquivos do Minho estejam mais trabalhados e se encontrem mais obras em vários outros lugares. Vejamos o que neste momento é conhecido:

1763. 18 de Dezembro. Arrematou, de parceria com o pedreiro Jacinto José Pereira, da freguesia de S. Paio de Pousada, Braga, a torre da capela da irmandade de Nossa Senhora do Amparo e Salvação, de Amares[20].

1775. 20 de Agosto. Contratou a construção da capela do Calvário, Arcos de Valdevez.

1779. 20 de Agosto. Contratou a reconstrução da ponte dos Pelames, Braga[21].

1780. 22 de Janeiro. Contratou a capela do Bom Sucesso, S. Jerónimo de Real, Braga[22].

1780. 15 de Novembro. Foi com o mestre pedreiro Francisco Tomás da Mota ver o estado em que se encontrava a "ponte de Guimarães", em Braga[23].

1781. 23 de Dezembro. Contratou a obra das campas e degraus na capela-mor da igreja dos Terceiros, Braga[24].

1782. 21 de Março. Contratou a construção de uma nova igreja matriz para a sua freguesia, Navarra, Braga[25].

1782. 3 de Dezembro. Contratou a construção da capela de Nossa Senhora do Amparo, na Apúlia (Esposende), de parceria com o pedreiro Domingos Francisco Cabral, de Sopo, Vila Nova de Cerveira, então a viver em Barcelos[26].

1783. 18 de Maio. Contratou a reforma da igreja matriz da freguesia de Carrazedo, Amares[27].

1784. 10 de Setembro. Arrematou a obra de um encanamento nas águas de Braga[28].

1785. 4 de Fevereiro. Contratou a construção da nova praça do Peixe, em Braga, de parceria com o pedreiro Pedro José da Costa[29].

1785. Contratou a obra da nova sacristia da igreja matriz da freguesia de Crespos, Braga[30].

1790. Contratou a construção de uma nova igreja matriz para a freguesia de Couto, Arcos de Valdevez[31].

1795. Contratou a construção da primitiva capela do futuro santuário do Alívio, Vila Verde[32].

Como se pode ver, são obras relativamente simples e de dimensão pequena ou mediana. O facto de ter realizado trabalhos em diferentes concelhos do Minho mostra-nos que o espaço de Braga já deveria estar bastante tomado por outros colegas, que dificilmente poderia penetrar nele. Só a partir de 1789 é que começa a trabalhar para a cidade. O ter aceite a reforma de uma igreja, a de Carrazedo, Amares, por um preço razoável, 550$000 réis, mas uma obra que se estendeu por um período de tempo relativamente grande, 18 meses, mostra-nos que teria com ele uma companhia muito pequena, quiçá da ordem dos 4 a 6 homens.

Sobre os outros dois mestres referenciados na documentação, Francisco José da Costa, carpinteiro, da freguesia de Rio Frio, Arcos de Valdevez, e Manuel Luís Rego, a quem chamaram *mestre arquitecto,* mas que certamente seria tão só um mestre de pedraria, quiçá bastante conceituado pelo facto de ser referenciado como arquitecto, o que indica que poderia ser conhecido por também ser capaz de elaborar uns tantos projectos, não encontrei nenhuma informação.

DOCUMENTAÇÃO

1767. 28 de Março

Reforma dos passos por Diogo Luís da Silva por 12 moedas de 4$800 réis "*obrigando-se a fazê-los à satisfação da mesa assim o calvário como os passos*"

Arcos de Valdevez. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia. Termos da Mesa, 1742-1769, fls.

1774. 20 de Fevereiro

[fl.29v.] Aos vinte dias do mez de Fevereiro de mil e sete centos e satenta e coatro annos nesta Caza de dezpacho desta Mizericordia da villa dos Arcos estando em Meza os Irmaos abaixo asignados foi requerido pello Irmão Padre Joze Luiz de Azevedo Pereira que com observancia do costume antigo estava açentado que se fizece a Procissão dos Passos com a solenidade costumada e que quando digo que o quanto a fabrica dever por evitar despezas mayores que não sofre o estado prezente esta Casa se tinha asentado que se evitace a mesma fabrica subestutuice comlocandose as Imagens sagradas nas Capellas e Igrejas depois do que ho requer a duvida a respeito do Calvario se devia fazerse dentro da Igreja Matriz quere no lugar costumado e ficava para esta Meza a decizão da dita duvida e antes que se decedisse *[fl.30]* reprezentava mais aos Senhores Irmãos que o Calvario dentro da Igreja se formava de mayor commodidade porque com as peças de que se compunha se servião também os Irmãos da Confraria do Senhor para o Passo do Enterro e formandosse o Calvario no lugar costumado era a despeza muito mayor e as rendas da Caza estavão atenuadas de forma que costava muito trabalho satisfazer as obrigaçõis da […] della como era notório pello que no cazo que se pençasse a formatura do Calvario no lugar costumado protestava não ser responsavel a este respeito porque declarava o seu voto ser para que se fizesse na Igreja e andando o escrutínio fosse vencido pella pluridade de votos que o Calvario se fizesse no lugar

---

[19] OLIVEIRA, Eduardo Pires de – A Capela do Senhor Ecce Homo, Padornelo, Paredes de Coura. Padornelo, Paróquia de Padornelo, Paredes de Coura, 2018, p. 68-70.

[20] ADB. Nota Amares, vol. 116, fls. 12-18: Escritura de contrato que fazem o juiz e mais oficiais da irmandade de Nª Sª do Amparo e Salvação, de Amares, deste concelho, com Jacinto José Pereira, da freguesia de S. Paio de Pousada e Domingos Alves Fernandes, da freguesia de Navarra, termo da cidade de Braga, para a obra da torre da capela da dita irmandade.

[21] ADB. Nota Geral, 1ª Série, vol. 826, fls. 16v-17v.ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – Arquitectura civil e religiosa de Braga nos séculos XVII e XVIII. Os Homens e as Obras. Braga: [s.n.]: A. C. Litografia, 1994. (Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 2), p. 14

[22] ADB. Nota Geral, 1ª Série, vol. 827, fls. 53-54.ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – Arquitectura civil e religiosa de Braga nos séculos XVII e XVIII. Os Homens e as Obras. Braga: [s.n.]: A. C. Litografia, 1994. (Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 2), p. 14.

[23] AMB. Caixa 23, Livro 46, 1775-1782, fól. 159v

[24] Arquivo da Ordem Terceira de S. Francisco, Braga – Igreja dos Terceiros. Livro de termos nº 7, fól. 81v-82.

[25] ADB. Tabelião Público de Braga 2ª Série, vol. 132, fls. 137-138.

[26] ADB. Nota Geral, 1ª Série, vol. 836, fls. 153-154.ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – Arquitectura civil e religiosa de Braga nos séculos XVII e XVIII. Os Homens e as Obras. Braga: [s.n.]: A. C. Litografia, 1994. (Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 2), p. 15.

[27] ADB. Nota Amares, vol. 139, fls. 10v-12: Escritura de contrato que fazem os oficiais da confraria do Senhor de Carrazedo, deste concelho com Domingos Fernandes Álvares, de Navarra (reforma da igreja em 18 meses pela quantia de 550$000 réis).

[28] AMB. Actas da Câmara. 1782-1788. Caixa 24, Livro nº 47, fól. 55.

[29] AMB. Livro de Termos da Câmara Nº 47, 1782-1788, fol. 66, 106.

[30] ADB. Nota Geral, 1ª Série, vol. 846, fls. 51-51v: Contrato de obra do reverendo João António de Matos, abade de Crespos com Domingos Fernandes Álvares, pedreiro da freguesia de Navarra, termo desta cidade. ROCHA, Manuel Joaquim Moreira da – Arquitectura civil e religiosa de Braga nos séculos XVII e XVIII. Os Homens e as Obras. Braga: [s.n.]: A. C. Litografia, 1994. (Centro de Estudos D. Domingos de Pinho Brandão, 2), p. 15.

[31] ADVC. 4.1.3.15, fl. 162; MOREIRA, Manuel António Fernandes - O Barroco no Alto Minho. Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, 2006, p. 321-322.

[32] ADB. Tabelião Público de Braga, 2ª Série, vol. 144, fls. 67-68v: Escritura de obrigação de obra que faz por seu procurador o Reverendo Francisco Leite Frágoas, abade de São Miguel de Soutelo de uma capela sita na mesma freguesia com Domingos Fernandes, mestre pedreiro da freguesia de Navarra, termo desta cidade. OLIVEIRA, Eduardo Pires - O Minho concelho a concelho (vinte e quatro documentos dos séculos XVIII e XIX sobre a arte minhota). "Mínia", Braga, 3ª série, 2002, 10, pp. 272-275.

costumado contra os votos dos Irmãos o Reverendo Antonio Luis de Caldas Lobato e do Doutor Agostinho Antonio de Azevedo que se conformarão com o voto do Irmão *[fl.31v.]* com o Irmão o Doutor Joze Luiz de Azevedo Pereira e logo pello Irmão o Reverendo Provedor desta Santa Caza Miguel de Souza foy dito que atendendo ao estado em que a Mizericordia se acha ao tempo prezente de não poder suprir com as obrigaçois por estar os seus bens gravados com Cappellas e mais despezas que um não consentia o mesmo que houvece procissão de Paços por não ter directamente rendas para isso ainda que fosse o costume antigo o fazerce e por os excessivos gastos que trás consigo que eu escrivão desta Santa Caza me conformo com o requerimento do Mui Reverendo Senhor Provedor em parte do seu requerimento e na materia da factura dos Passos e toda a sua despeza que se faz com semelhantes funcoez não concentia pello [seu] voto em despeza alguã antes sim em que no gasto e despeza que se fazia nesta função dos Santos Passos se repartisse digo se reparticem pellos *[fl.32]* pobres mais necessitados por ser obra de caridade e por este motivo protestava não ser responsável de que para constar fes este termo que todos aqui asignarão comigo o Padre Joze Luiz de Araujo escrevão desta Santa Caza o escrevi e asignei.

Arcos de Valdevez. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia. *Termos da Mesa, 1769-1788*, fls. 29v-32

1775. 12 de Agosto

Aos doze dias do mês de Agosto de mil e sete centos e satenta e cinco estando nesta caza do despacho da Confraria do Senhor desta villa de Arcos os officiais da mesma confraria abaixo asignados, apareserão nella presentes o Reverendo José Luis de Araujo escrivam de Caza da Santa Mizericordia da mesma villa e Alixandre Antonio de Britto Brandão e Adrião Jose Pintto; e o Doutor Jose Luis de Azevedo Pereira; e Mathias de Sousa e Luis Pereira todos irmans da Mizericordia desta mesma villa da meza da mesma Mizericordia. E por elles foi requerido que para ibitar as grandes despesas que se fazião todos os annos na Armação do Calvario para a fonção dos Passos tinhão asentado na meza da Mizericordia de mandar fazer hum Calvario permanente de pedra, no mesmo sitio que se custumava armar de pau que he nas costas da Capella desta igreija do Santissimo Sacramento na forma do risco e para se fazer a dita obra vinhão pedir licença a esta meza e esperavão se lhes consedese por ser destinada ao culto devino e em a[…] da Mizericordia e estando também o irmão Bento Cerqueira […] [fl. 39] e ouvindo o requerimento os officiais da Meza foi por elles respondido que consedião a licença para a factura do Calvario no sitio declarado com a condição de que no caso que para a sigurança do Calvario fosse precizo bolir alguas […] ou cunhais della; se tornaria a compor tudo a custa da Mizericordia de forma que fique a costão e cunhais em a sigurança e firmeza que […]. E no caso que no tempo futuro rezulte algum porjuizo, ou dano a mesma costão ou cunhais por cauza da fabrica do mesmo Calvario; sera a mesma Mizericordia obrigada a refazer o dito porjuizo a sua custa mas não o que for cauzado por outro motivo e com estas condisois ouverão a licença pedida por consedida que os sobreditos irmãos da Mizericordia aseitarão e obrigabão as mesmas rendas da Mizericordia a satisfação dos porjuizos na forma que fica declarado em serteza de que se fés este termo que os officiais da Meza asignarão com os sobreditos irmans da Mizericordia sendo testemunhas presentes vigário Antonio de Amorim e Bento Jose Esteves todos desta villa dos Arcos eu Miguel de Souza secretario desta confraria que o escrevi e asignei Miguel de Souza.

Arquivo Paroquial da Freguesia do Salvador de Arcos de Valdevez – Livro das Entregas dos títulos, Fabrica e mais Couzas pertencentes a Confraria do Santíssimo Sacramento desta villa 1771 - 1835, fól. 38v

1775. 20 de Agosto

Termo que se mandou fazer a respeito da obra do calvario[33]

Aos vinte dias do mez de Agosto de mil e setecentos e satenta e sincoannos estando em meza o provedor e mais irmãos dellaabayxo assignado foy proposto pello reverendo provedor que esta Caza fazia todos os annos concideravel despeza na armação do calvario que costumava armarse na costão da cappella do Senhor da igreja matriz [fl. 40] desta Villa para a função dos Passos cuja armação se fazia de madeira e muitas vezes ficava sendo a despeza della innutil por cauza das chuvas que empedião a armação como muitas vezes tinha acontecido pello que era mais útil fazerse hum calvário permanente de pedra que preparado hua vez com as sagradas imagens evitace a despeza anual da armação fazendose o calvário de pedra no mesmo citio com licença dos offeciais da meza da Confraria do Senhor e para o mesmo calvário aprezentava hua planta para que conformandose com ella os irmãos da meza mandace por ella fazer a obra. E ouvido o requerimento e conhecida a utillidade delle mandarão que o calvário se fizesse de pedra pella referida planta que eu escrivão firmçe a qual aprovação porcedendo licença a dita confraria mandarão [fl. 40] mandarão mais que por se acharem prezentes vários mestrez pedreiros se meteu a lances a dita obra que se rematou a quem por menos a fizesse tomados os lances se arrematou a obra ao mestre pedreiro Domingos Fernandez da freguesia de São Lourenço de Navarra termo da cidade de Braga por preço de cento e sinco mil reis o qual se obrigou a fazer a obra na forma da planta e dos apontamentos que fica no cartório com a declaração porem que as portas abrirão para dentro não obstante o que diz a planta e o acréscimo a este respeito para o dito mestre pedreiro sera regullado por pessoa que o entenda escolhida por esta meza e que deste contracto se fará escreptura querendo a meza ou também o dito mestre em quanto aos pagamentos se hirão fazendo a propoção do cursso da obra os quaes hirão recebendo de bayxo de fiança e [fl. 41] o ultimo pagamento se entregara depois de vista e examinada a obra observandose também os apontamentos já feytos que já o dito mestre assignou e ficão no cartório e de tudo para constar fez este termo que elle provedor e mais irmãos da meza assignarão com elle dito mestre e eu padre Joze Luis de Araujo escrivão desta Santa Caza o escrevy e assigney.

Arcos de Valdevez. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia. *Termos da Mesa, 1769-1788*, fls. 39v-41.

1775. 13 de Dezembro

Termo porque se mandou fazer o calvario sigunda ves

Aos 13 de Dezembro de 1775 estando em meza o provedor o reverendo[34] *Luis Antonio Gomes e Abreu e os irmaons abaixo asignados atendendo que a obra do calvário que se deu na meza pasada com acresimo na pedraria asentarão ser milhor e mais útil para a Santa Caza por evitar despezas maiores de carpintaria e ferrages se fizese pelo risco que esta asignado pelo mestre pedreiro e por mim escrivão mandando a por a lansos a rematou Domingos Fernandez Alvarez com as condissoins do termo que fica atrás a folha 39 verso e se lhe intregarão os apontamentos por preso de sento e sasenta e sinco mil reis em que imtrarão vinte mil reis que o dito mestre já resebeu dos oficiaes da meza passada a conta desta obra e para constar fis este termo eu escrivão que o escrevi.*

Arcos de Valdevez. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia. *Termos da Mesa, 1769-1788*, fól. 47.

1776. 13 de Setembro

Aos 13 de Setembro digo Outubro de 1776 estando em meza[35] *o provedor o reverendo Luis Antonio Gomes e Abreu e os mais irmaons abaixo asignados pelo senhor procurador o reverendo Miguel de Souza abbade desta Vila foi requerido que na obra do calvário que tinha lançado o mestre pedreiro pelo termo neste livro a folha 47 fora presizo ao dipois do dito ajuste aver acresimo a obra para milhor formuzura dela e acomodasão maior do dito calvário cujos acresimos custarão digo constarão de sento e vinte e oito palmos de cornige e frizo e arquitrava que forão avaliados e medidos pelo [fl. 52] mestre arquiteto Manoel Luis Rego a preso de duzentos e quarenta reis o palmo e de soco e embazamento sento e vinte e oito palmos que forão abaluados pelo mesmo arquiteto a preso de sento e vinte reis o*

palmo e mais sete brasas e sasenta e oito palmos de alvenaria que forão abaluados a preso de três mil reis a brasa e mais o acresimo que ouve na escada do mesmo calvário que foi abaluado pelo mesmo arquiteto em nove mil e quatrosentos reis que vem a fazer todos os acresimos da obra que exsederão o que estava dada pela planta do mesmo calvário a soma de satenta e oito mil seissentos e oitenta reis e porque todos os ditos acresimos se tinha detreminado em meza o fazerem e por isso para constar fiz este termo que tudo foi visto e abaluado pelo sobredito mestre arquiteto e para aver de se pagar ao mestre pedreiro Domingos Fernandez Alvarez e porque também o dito mestre pedreiro tinha tido alguma [fl. 52v] perca por conta de lhe não servir muita da pedra que tinha cobrado e já labrado para o mesmo calvário pelo risco que a meza pasada lhe tinha dado que esta meza não aprovou e por ter feito mais profeisão em pedra da mesma obra do que estava asinalado no risco em a tensão a tudo isto lhe paresia justo se lhe desem mais des mil reis alem dos acresimos no que todos asentarão se lhe desem e para constar mandarão que fizese este termo o qual eu Francisco Xavier de Amorim Azevedo escrivão atual o escrevi e asignei.

Arcos de Valdevez. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia. *Termos da Mesa, 1769-1788*, fls. 51v-52v

[33] À frente está escrito «em pedraria 105000»; e à margem do documento está escrito «vide folha 47 e 51 verso portas e madeiramento folha 50 verso».

[34] À margem do documento está escrito «vide folha 39 verso 50 verso e 51 verso».

[35] À margem do documento está escrito «obra do calvário e vide folha 39 verso aprovada a folha 52».

1776. 15 de Setembro

Termo por onde se derão as portas do calvario e todo o madeiramento[36]

Aos 15 de Setembro de 1776 estando em meza o provedor o reverendo Luis Antonio Gomes e Abreu e os mais irmaons abaixo asignados e estando a lanses as portas do calvário e todo o mais madeiramento e mais obra de carpintaria na forma dos apontamentos apareseo Francisco Joze da Costa do lugar do Hospital freguesia de Rio Frio termo desta Villa dos Arcos e por ter lansado na referida obra na forma dos apon-[fl. 51]tamentos dela asignados por mim escrivão a quantia de trinta e hum mil e nove sentos reis e por não aver quem a fizese por menos se ouve por rematada no lanse que o sobredito deu o qual se obrigou a fazer a dita obra na forma dos mesmos apontamentos com toda a profeisão da arte a qual dipois de feita sera vista e loubada por mestres peritos e achandose com defeitos ou erros sera reformada a custa dele rematante e os pagamentos serão em dois pagamentos hum no prinsipio da obra e outro no fim dela dipois de vista e exzeminada e dar a obra coberta ate 15 de Outubro e acabada athe o fim de Novembro e para clareza e siguransa se fez este termo que asignou o arematante provedor e mais irmaons oje aos 15 de Setembro de 1776 e eu Francisco Xavier de Amorim Azevedo escrivão que este fiz e asignei.

Arcos de Valdevez. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia. *Termos da Mesa, 1769-1788*, fls. 50v-51.

1776. 27 de Dezembro

Termo porque se aprovarão as obras dos calvario e órgão e hospital

Aos 27 de Dezembro de 1776 estando em meza o provedor o reverendo Luis Antonio Gomes e Abreu e os mais irmaons da meza com os do sento desta irmandade da Mizericordia que todos forão conbocados por avizo e a toce[37] *de sino e sendo juntos e combocados a moto de meza ahi foi proposto pelo procurador o reverendo Miguel de Souza abbade desta Villa que todas as obras que estavão ate qui feitas como presizas e nasesarias tanto do órgão como do calvário e ospital de que já se fés termos de acórdão da meza que era [fl. 53v] era presizo que se propozese a irmandade para que esta vendo a nacecidade e otelidade que rezultava a Caza que aprobasem e andando o escortinio todos […] discripante votarão favas brancas e pretas se vensece por todos os botos menos hum as obras que estavão todas bem feitas e que se pagasem e sendo necessário que se tirase dos próprios e outro sim requereu João Antonio Pereira de Castro Gomes e Abreu como procurador de sua mai Dona Tereza Antonia Pereira e Castro que ela he devedora a esta Caza de trezentos mil reis a juro e porque era huma senhora de muita nobreza e esta grabada com muitos empenhos e que ele sobredito procurador seu pay avo e seus pasados servirão [fl. 54] servirão os caregos desta Caza com dispêndio seu que atendendo a isto lhe levasem os juros des a fatura da escritura ate a ultima se darão a sinco por cento o que visto pelos irmaons da meza e sento assim o detreminarão e mandarão observar e fazer este termo que todos asignarão comigo Francisco Xavier de Amorim Azevedo escrivão atual o escrevi e asignei.*

Arcos de Valdevez. Arquivo da Santa Casa da Misericórdia. *Termos da Mesa, 1769-1788*, fls. 53-53v.

1778. 12 de Maio

Provizão a favor do provedor e mais irmãos da Misericordia da vila dos Arcos, para poderem erigir um calvario em pedra nas costas da igreja do Salvador da vila dos Arcos.

Dom Gaspar. Arcebispo e Senhor de Braga Primaz das Hespanhas, etc. Atendendo ao que nos representou o Provedor e mais irmãos da vila dos Arcos deste nosso arcebispado e informação do reverendo paroco e o mais que consideramos concedemos licença para que no calvario de pedra que esta nas costas da igreja do Salvador da vila dos Arcos se possa colocar um altar o qual sera feito com toda a perfeição devida e concluído que seja de todo o necessario se podera dizer missa e cellebrar os oficios divinos tendo para isso os requisitos necessarios...

ADB. Registo Geral, vol. 209, fls. 276v-277

1851. 15 de Maio

Termo a respeito da porta que se abrio na Capella do Senhor do Calvario

O Juiz e Mesarios da Confraria do Santissimo Sacramento da Freguesia do Salvador da Villa, abaixo assignados, de combinaçois com o Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Joaquim Pereira Dias, Abbade da mesma Freguesia, observando, que grande concurso, que, por occasião das Festividades da Senana Sancta, athria á Igreja da predicta Freguesia, resultava menos […], e accatamento do que aquelle que hé devido ter, e manifestar na Capella Do Augusto Sacramento; intenderão, que, durante a refferida Festividade, se devia mudar da sua para outra Capella onde estivesse com mais recato, decencia, e respeito. Possuidos destes bem intendidos, e relligiosos sentimentos, conhecerão, que a Cappella do Senhor do Calvario, pertencente á Sancta Real Caza da Misericórdia desta Villa, offecia todas as vantagens para este fim o mais ponderozo, conhecendo igualmente, que, das suas partes, que para este effeito, era indispensável abrir, resultava huma visível, e reciproca utilidade para o culto divino, tanto d'aquelle, a Cargo da Confraria, como do da Sancta, e Real Caza Misericordia. Nestas circunstancias deliberar a Meza, que este objecto, debaixo de todos os pontos de sua importancia, e conveniencia mutua, fosse proposto ao Illustrissimo Provedor, e actuais Mesarios da Misericordia desta Villa, a fim de que tomando-o na consideraçois, se digo [fl. 8] digo tomando-o na consideração que merecer, se dignem defferir a tal respeito.

A illustrissima Meza da Sancta Casa da Misercordia, como a Mesa da Confraria do Sanctissimo da Freguesia do Salvador da Villa, pensamos moderadamente, e debaixo de todos os pontos de vista á cerca de todo o refferido, acordarão, e convencionarão, que tais justa, e edificante pertenção fosse levada a effeito pelo modo, e com as condiçoens seguintes:

[36] À frente está escrito «a pedraria a folha 47».

[37] À margem do documento está escrito «acórdão pello qual se aprovão as obras feitas e a do calvário e que sendo necessário se tirasse dinheiro dos próprios para isso».

1ª Na Cappella do Senhor do Calvario pertencente á Sancta, e Real Casa da Misericordia desta Villa dos Arcos, e contigua á Capella do Sacramento do Salvador da mesma Villa, por authorisação do Provedor, e Mesarios, actuaes Administradores da predicta Sancta Caza, se abrirá huma porta regular na parede da Capella do Senhor do Calvario, para a parte do Nascente, a fim de ser ali collocado o Augusto Sacramento na Festividade da Semana Sancta, para o que, na Quarta Feira de Trevas de manha será entregue a chave desta porta ao Juiz da Confraria do Santissimo Sacramento.

2ª A despeza desta porta ficará a cargo metade da Sancta Caza e outra metade da Confraria do Senhor.

3ª Defronte desta porta, e para a mesma parte do Nascente,e para o mesmo fim, se abrira por autorização dos representantes actuaes da Confraria do Senhor, huma outra porta, cuja chave será entregue ao Provedor da Sancta Casa, ou a pessoa de sua confidencia, na occasião dos Sam [fl.8v.] Sanctos Passos = Sextas Feiras da Quaresma = ou quando por ventura ali tenha de celebrar-se alguma Missa, ou […] esta Cappella; sendo porem as despesas desta porta á custa da Confraria do Senhor.

E de tudo para constar se lavrou o presente termo, que, todos os Mesarios da Confraria do Sanctissimo […] por isso, que pela Illustrissima Mesa da Sancta Casa lhe foi participado haver-se lavrado outro no mesmo sentido, e desta, no respectivo Livro de seu […] cuja copia do predicto Termo foi remettida para ser depositada no Archivo desta Confraria, assim com outra copia deste Termo foi igualmente enviada ao illustrissimo Provedor da Sancta Casa para o mesmo fim. Arcos 15 de Maio de 1851. E eu António Casimiro de Sousa e Castro Secretario da Mesa o escrevi, e assignei.

[ASSINATURA:] Antonio Casimiro de Souza e Castro

Jose Simplicio […]; Joaquim Guilherme […] […]; Antonio Jose Durães de Faria; Antonio Jose Gomes; Antonio Basto de Amorim; Bento Luis Pereira de Amorim; Jose Bernardo Pereira; Francisco Jose de Sousa Coelho; Joze Manoel Fernandes.

Arquivo da Igreja Matriz de S. Salvador. Arcos de Valdevez, *Livro segundo dos termos da Confraria do Santíssimo. 1849* - , fls. 7v-8v[38].

[38] Só transcrevemos os fólios que achamos importantes.

// A MÚSICA NOS ATOS LITÚRGICOS DA REAL IRMANDADE DA MISERICÓRDIA DE ARCOS DE VALDEVEZ

Lúcia Afonso [1]

No período barroco a música sacra assume um papel preponderante nas principais cerimónias religiosas, não só devido ao forte apelo emocional que o Concílio de Trento queria introduzir na forma como se transmitia a liturgia, mas também devido ao crescente fervor religioso que as correntes da Contra Reforma fomentavam.
O brilho do ouro e a grandiosidade dos cenários sacros que o barroco produziu, complementavam, em sintonia com a música e a exaltação da oratória, o apelo constante à glorificação divina.

Os órgãos de tubos, de grande aparato, são dos instrumentos de teclas mais antigos, pois julga-se terem sido construídos pela primeira vez na antiga Grécia. Majestosos, impõem-se naturalmente na encenação do barroco, não só pelo seu tamanho, mas também pela monumentalidade harmoniosa do som.

Acreditamos que a actividade musical sacra nos Arcos de Valdevez, durante os séculos XVII, XVIII e XIX, deve ter tido uma importância relevante pois quatro das principais igrejas da vila possuíam órgãos, três de tubos e um de caixa.

Na documentação do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez, encontrámos várias

[1] Mestre em História Medieval e do Renascimento.

referências quer à encomenda e construção dos diversos órgãos que a instituição comprou, quer à contratação de músicos, cantores e mestres de capela.

Segundo refere o Padre Arieiro na sua obra *"Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez: 1595/2008"*[2], o primeiro órgão teria sido comprado em 1601. Não descobrimos até ao momento o documento que o refere, contudo no Livro de Despesas de 1644 aparece o registo da construção do órgão, tendo a sua obra orçado em vinte mil e trezentos reis. Neste faz-se alusão ao facto da Misericórdia ter pago a despesa de aluguer de uma *"cavalgadura"*, para transportar o mestre de canto a Monção *"a aprender aos orgaos"*[3].

O Livro de Termos de 1725/1747[4] menciona que a 22 de Junho de 1732 foi aceite para tocar órgão Félix Machado Viegas, desta vila, com a obrigação de tocar em todas as missas cantadas da casa quer nas festas, quer durante a semana. Em 1739, Félix Machado Viegas[5], já não estaria como organista da Santa Casa, pois o cargo era ocupado por Prudenciano Ilhepedi, possivelmente italiano, que morre nesse ano, assumindo novamente o primeiro o lugar, com a declaração *"que tera boa muzica assim pello que respeyta as vozes como aos instrumentos e faltando a isto sera privado da dita ocupação"*.

[2] ARIEIRO, P. José Borlido Carvalho, *Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez, 1595/2008*, 4ª edição, 2008, pág. 52.

[3] RAMOS, Maria Odete; AFONSO, Maria Lúcia; CAMPOS, Luís; PIMENTA, Eduardo, *A IGREJA DA MISERICÓRDIA DOS ARCOS DE VALDEVEZ: Apontamentos sobre a sua História*, edição Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez, 2008, pág. 68.

Em fevereiro de 1748[6] o órgão já não estaria capaz, tomando a Mesa a iniciativa de ajustar com Gonçalo Alvarez, de Verdelho freguesia de Paderne, a compra de um novo órgão *"(…) posto e assentado nesta Mizericordia por preso de duzentos mil reis digo cento e vinte mil reis e os oitenta se lhe darão de ahi a hum anno e com efeito trazendo o dito orgão o asentou e se achou perfeito e somente os foles se achou não servião para o citio aonde se determina asentar e por isso se acertou com ele avia de fazer outros de oito palmos de comprido e coatro de largo pellos coais se lhe darião os que ficão no orgão e mais seis mil reis e se mandarão buscar por conta da Mizericordia e ele se obrigava a vir asentalos no citio que se determinase pagando lhe os dias que nisso gastar (…)"*. Contudo, em ata de 18 de Agosto do mesmo ano o Irmão Rodrigo Antonio da Costa Pereira sugere ao Provedor que, como já tinham pago ao mestre Gonçalo Alvarez a maior parte do dinheiro estipulado, se devia contratar um organista perito para se deslocar à oficina do mestre e avaliar se efectivamente o que estava construído merecia o dinheiro que lhe tinha sido pago.

Em Fevereiro de 1750[7] o mestre organeiro comparece numa reunião de Mesa, presidida pelo Provedor, o Abade de S. Paio, Fernando Soares de Novais, assumindo que o órgão que tinha colocado não estava capaz, tinha vários defeitos, não tendo qualquer utilidade para esta igreja. Comprometia-se perante a Mesa a fazer um novo órgão, removendo o anterior, sendo o novo avaliado por mestres competentes, que iriam estipular o seu preço ao qual se abateria o dinheiro que ele já tinha recebido pela construção do anterior, o que a Mesa aceitou.

No mês seguinte a Santa Casa vai ajustar a obra de talha com Manuel Gomes[8], mestre entalhador desta vila, cujo trabalho era certamente conhecido pelos Irmãos da Instituição, pois na época tinha já obra em quase todas a igrejas da vila, salientando-se os púlpitos da Igreja do Espírito Santo.

O novo órgão foi colocado no ano seguinte, tendo a Misericórdia pago mais setenta mil reis a Gonçalo Alvarez de Sousa, depois de ter sido visto e aprovado por Frei Filipe de S. Bento, religioso beneditino natural de Ganfei, organeiro de renome, que residia no Mosteiro de Rendufe[9].

Uma nova reforma é encetada em 1765, por se achar em muito mau estado, parcialmente destruído e fora do lugar, devido à reforma que tinha sido feita na fachada e paredes laterais da Igreja. A obra de remodelação, que se pedia *"ao estilo moderno"*, foi encomendada ao organeiro Francisco de Guimarães[10].

Em 1819 o órgão já necessitava de um novo arranjo, tendo a Mesa decidido colocar algum dinheiro de parte, no cofre, para que se fizessem as obras necessárias. Em 27 de Janeiro de 1821[11], fica registado em ata o facto de o órgão já não tocar, estar completamente arruinado, acarretando assim uma despesa maior para a Santa Casa pela necessidade que havia de contratar mais músicos para tocar nas missas, durante as diversas festividades da casa. Tinham já sido solicitados orçamentos a vários organeiros para a construção de um novo órgão, ficando aprovado aceitarem a proposta de setecentos mil reis para a construção de um órgão semelhante ao do Convento de S. Domingos de Viana *"devendo ficar a sua despesa pelos réditos e sobejos das despesas ordinárias, não se desfalcando os fundos da Casa"*. Decidiu-se ainda que, uma vez que o anterior órgão se tinha deteriorado pela humidade do seu local, deveria a mesa regular o lugar da sua construção de modo a *«que ficasse em segurança e firmeza, e tivesse perpetuidade e duração e se não arruinasse, e ficaria a cargo da meza haver huns apontamentos exactos em que se explique a sua forma exterior, como o anterior, e materiaes de que se há de compor, cujos apontamentos se devem copiar na escritura para que quando na concluzão da obra se reveja, se possa facilmente decidir se está ou não conforme, e que devera fazer-se hua escritura do contracto na qual esta Caza se obrigue a pagar o preço convencionado, mas nella também se obrigue também o mestre organeiro a cumprir a obra em tempo prefixo, e preste fianças idóneas deste termo, que se obriguem como principaes pagadores ao cumprimento da obra quando se não cumpre e execute na forma preciza dos apontamentos, de maneira que fique a cargo da meza ajustarem a obra pelo preço mais racionável, e que se faça com a segurança possível de sorte que tenha perpetuidade, e que haja toda a prevenção na segurança das fianças a fim de que a obra se faça e não fique a Caza illudida, e sempre se reservara a paga do ultimo quartel que se convencionar enquanto a obra não for approvada, fiscalizando o interesse da Caza como se espera do seu zelo e actividade»*.

Depois de fixados os editais e ouvidos os lances dos concorrentes, foi rematada a obra, em março deste mesmo ano, para a construção da bacia do órgão e varanda do coro, que seguirá o modelo da do Convento de São Domingo de Viana. Ficou encarregue da obra o Mestre carpinteiro João Francisco, de S. Paio, comprometendo-se a dar a obra pronta a 15 de Julho *«recebendo em metal a quantia de sincoenta e cinco mil reis em dous pagamentois sendo o 1.º no principio da obra e de 25$000 e o 2.º no fim della e depois de revista e approvada"*.

Em agosto a obra ainda não tinha sido realizada por *«negligencia e falta»* do Mestre João Francisco, acordando-se que seria o organeiro a escolher o carpinteiro, para desempenhar a obra.

Em dezembro a obra da bacia e varanda do órgão é contratada com José Joaquim Machado, da freguesia de S. Paio da Vila, por 40$000 reis, em metal. Segue o

---

4 ASCMAV, *Livro de Termos I 1725-1747*, fl. 3.

5 ASCMAV, *Livro de Termos I 1725-1747*, fls. 48-48v.

6 ASCMAV, *Livro de Termos II 1747-1779*, fls. 5-5v.

7 ASCMAV, *Livro de Termos II 1747-1779*, fl. 16

8 ASCMAV, *Livro de Termos II 1747-1779*, fl. 18 v.

9 ASCMAV, *Livro de Termos II 1747-1779*, fls. 21 v. -22.

10 RAMOS, Maria Odete; AFONSO, Maria Lúcia; CAMPOS, Luís; PIMENTA, Eduardo, *A IGREJA DA MISERICÓRDIA DOS ARCOS DE VALDEVEZ: Apontamentos sobre a sua História*, edição Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez, 2008, pág. 68.

11 ASCMAV, *Livro de Termos 1816*, fls 10-10v..

Órgão da Igreja de S. Domingos de Viana do Castelo

http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/SIPA.aspx?id=4146

risco da varanda de S. Domingos de Viana, *«mas sem as quatro tolipas dos cantos, porem conservados os nascimentos delles, o ovado do balausto da baranda mais comprido, fazendo as tolipas do centro della, tirando-lhe os festocos, e acrescentando entre hum e outro huma flor com folhas de louro crespas com soco e moldura a porção da grade»*, tudo feito em madeira de castanho. Acordou-se com o mesmo mestre a obra do arco e casa dos foles, tudo em madeira de castanho *«e guarda pó»*, tudo por preço de 16$000 reis, e ainda *«o feixinho de fora do coro com suas molduras com os pendentes a caixa do órgão tudo de castanho»,* por 4$900 reis.

Pronta a caixa do órgão, ajustou-se, em Janeiro do ano seguinte, a pintura com António Teixeira Lima por $480 reis por dia, dando-lhe mais 1$000 para consumíveis, ficando as restantes despesas por conta da Casa.

Estando ausente o Provedor em reunião de Mesa de 1 de Maio de 1822, votou-se quem havia de examinar a obra do órgão, tendo decidido chamar o Abade de Santa Cristina para fazer o dito exame. Contudo, na reunião do dia 31 do mesmo mês, foi considerado que havia pessoas com mais crédito para avaliar a obra que o Abade de Santa Cristina, apesar de ser *bastantemente inteligente*, decidindo chamar um mestre da profissão, recaindo a escolha em Frei Manuel Sarmento, religioso Bernardo. Tendo sido bastante positiva a avaliação, foi liquidado o pagamento ao organeiro.

Em finais de 1853[12], voltamos a ter referência a algumas obras de reparação do órgão sendo pago a Manuel Joaquim da Cunha, desta vila, as despesas com jornal e materiais necessários. Em Junho 1869 registam-se novamente obras de manutenção.

Em 1896 é mandado chamar um perito para avaliar o estado de degradação do órgão, concluindo este, depois de profunda observação, tratar-se de um dos melhores, senão o melhor que tinha encontrado por esta região, embora se encontrasse num enorme estado de deterioração. Era pois, necessário proceder a obras urgentes, para que voltasse a tocar, entrando as despesas orçamentadas para o arranjo já na contabilidade desse ano.

Este deve ser o órgão que ainda hoje se encontra na Igreja da Misericórdia, pois na documentação seguinte não encontramos mais referências a obras relacionadas com este instrumento.

Inscreve-se num conjunto de órgãos ibéricos que proliferam por todo o Norte do País, com características muito próprias, de que se destaca o facto de possuir, para além dos tubos verticais, um conjunto de tubos horizontais, todos construídos numa liga de estanho e chumbo, com grande número de registos que identificam os sons dos diversos instrumentos cujo timbre se pretende atingir. São accionados pelas teclas, fazendo emitir o som pela da passagem do ar, que vem dos foles, através dos tubos.

Devido à situação de quase abandono em que se encontrou a Igreja durante alguns anos, o órgão acabou por entrar num estado de enorme degradação, sendo hoje totalmente impossível escutar o som, que certamente outrora, enchia a nave da Igreja.

Numa época em que se começa novamente a valorizar o som extraordinário destes órgãos, urge pois reunir esforços, e devolver às gerações que nos sucederem o prazer único de escutar a combinação de harmonias e o quase infinito número de sonoridades, que é possível extrair deste instrumento único.

[12] ASCMAV, *Livro de Termos 1852*, fl. 8.

Foram muitos os músicos contratados ao longo dos séculos pela Misericórdia de Arcos de Valdevez. O lugar de organista foi sempre muito disputado, aparecendo referências inclusive a concorrentes de Guimarães, que aqui chegaram a permanecer alguns anos.

Nos quase quinhentos anos de vida da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez, a música sacra, como atrás ficou referido, teve sempre um papel relevante nas celebrações litúrgicas e festividades da Instituição, gosto que permanece até aos dias de hoje, tendo sido uma das preocupações da atual Mesa Administrativa a criação de um grupo de cantores, acompanhados a órgão, que participassem nas missas semanárias e nas festas que se realizam ao longo do ano. Contudo, continua como referência o velho órgão, que do coro alto, tem testemunhado o passar dos séculos, aguardando em quietude o seu tempo, fazendo-nos imaginar todos os dias o eco do seu som, ressoando nas paredes seculares deste templo.

// SEMANA ABERTA 2018

Correspondendo a uma dinâmica que já é uma referência na comunidade, a Semana Aberta, edição de 2018, voltou a ser lugar de encontro de muitos arcuenses com ilustres palestrantes de diferentes áreas do conhecimento e de diversas atividades culturais, de solidariedade e religiosas. A Semana Aberta é uma iniciativa anual, que se inclui no conjunto de atividades promovidas pela Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez, e que se assume como uma das formas de reflexão e ação em prole dos utentes, dos profissionais da instituição e da população desta região, desenvolvendo-se num espírito de relação de proximidade com a comunidade onde está inserida, espírito que a instituição assume como vetor importante na sua ação e que pretende continuar a desenvolver, com o objetivo de melhor servir as pessoas.

A edição de 2018 da Semana Aberta, realizada entre 4 e 10 de junho, incluiu sessões na área da história, da educação e das políticas sociais, em sessões abertas à comunidade, que constituiram interessantes momentos de reflexão para o público em geral e de formação para profissionais de diferentes áreas.

Do programa constaram as palestras: "O Feminino na Ação das Misericórdias", dinamizada pelas Doutoras Odete Ramos e Manuela Machado; "O Contributo das Misericórdias para a Coesão Social", de que foi preletor o Provedor da Misericórdia do Porto, Doutor António Tavares"; "A Ação das Misericórdias na Educação: A Casa Cerqueira Gomes", da responsabilidade da Doutora Lúcia Afonso e "O Papel das Misericórdias nas Políticas Sociais", de que foi orador o anterior Ministro da Solidariedade, Doutor Pedro Mota Soares.

SEMANA
ABERTA

Arcos de Valdevez

caminhos

Para além destas iniciativas, que reforçam a ligação da Santa Casa com a comunidade e são oportunidade de "conversas" com insignes especialistas de diferentes áreas, do programa da Semana Aberta constaram ainda atividades de valorização de dinâmicas internas, como seja a Festa da Santa Casa e o Dia do Colaborador, atividades solidárias, de que é exemplo o Jantar Solidário em beneficio da Casa Cerqueira Gomes e atividades de cariz institucional ou religioso, tais como a apresentação da Revista "Caminhos", a Investidura de Irmãos e a Eucaristia Solene do Dia da Misericórdia.

No balanço da "Semana Aberta 2018" fica a ideia de objetivo cumprido, de interessantes "encontros" com conceituados especialistas, de apresentação de atividades e dinâmicas das diferentes valências da Santa Casa e de cumplicidade com uma comunidade que a Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez pretende e procura servir cada vez melhor.

// DIA DO COLABORADOR E JANTAR SOLIDÁRIO

// ADMISSÃO DE IRMÃOS

No último dia da Semana Aberta celebrou-se o Dia da Misericórdia. Para assinalar a data foram admitidos dez novos irmãos, que perante a Mesa Administrativa, o Capelão, Irmãos da Misericórdia e familiares juraram servir esta Instituição em prol do benefício dos mais necessitados.

Em seguida foi celebrada Missa Solene, presidida pelo Sr. Capelão Padre Aventino Freitas e cantada pelo Coro da Santa Casa da Misericórdia.

// UTENTES DO CAO E DO LAR CERQUEIRA GOMES PARTICIPARAM NO BATISMO NÁUTICO

No dia 30 de junho, utentes do CAO e do Lar Cerqueira Gomes da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez participaram no Batismo Naútico, realizado na Barragem da Caniçada no Gerês.

Esta actividade, organizada pela organização "Os Minhotos" de Clichy (França), com a colaboração do Município de Arcos de Valdevez, decorreu durante todo o dia e incluía várias actividades com diferentes objetivos. Destacamos de todos os objetivos o sonho de andar de barco.

Foi uma ocasião de intergeracionalidade lúdico e importante para todos os que viveram estes momentos.

// GRUPO DE TEATRO FRAGMENTOS VITAIS DO CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARCOS DE VALDEVEZ ASSINALOU DIA INTERNACIONAL DO TEATRO

No dia 29 de março, o "Grupo de Teatro Fragmentos Vitais", do Centro de Atividades Ocupacionais da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez, assinalou o Dia Internacional do Teatro, que se celebrou a 27 de março.

O espetáculo, realizado no auditório do Hospital São José, integrou uma peça de teatro, a declamação de um poema, uma dança e a passagem de um vídeo com os vários momentos vividos pelos utentes nas diversas atividades realizadas nesta valência. Para completar, houve espaço também para uma Feira Mostra com vários artigos elaborados pelos utentes, disponíveis para venda ou encomenda.

A assistir estiveram utentes e colaboradores da Instituição, nomeadamente, Lar de Infância e Juventude Cerqueira Gomes, Jardim de Infância Cerqueira Gomes, Unidade de Cuidados Continuados, Lar de Idosos Vilagerações/ Soares Pereira e Universidade do Saber. Também estiveram presentes os familiares e amigos dos utentes que integram a valência CAO/Lar Residencial.

// UTENTES DO CAO ENTREVISTAM O PINTOR MUTES

O Jornal de Parede é uma atividade muito importante desenvolvida pelos utentes do Centro de Atividades Ocupacionais.

Uma das vertentes é fazer entrevistas e o escolhido foi o Pintor Mutes. A entrevista foi realizada a 11 de dezembro no espaço onde decorrem as atividades dos utentes do CAO. Foi um momento de interacção, partilha de experiências que culminou numa aula de pintura.

Obrigada Mutes pela disponibilidade e atenção!

// FESTA DO HALLOWEN

As bruxas são personagens que fazem parte do imaginário de todas as crianças emergindo nas histórias para a infância como figuras que deambulam entre o bem e o mal e que são famosas pelas suas poções mágicas.

Para comemorar esta data festiva a valência do pré-escolar construiu um espaço alusivo ao Halloween para as crianças explorarem e brincarem, explorou algumas histórias e canções assim como foram desenvolvidos vários trabalhos referentes a esta data festiva. No dia 31 de outubro as crianças vieram para a escola fantasiadas para brincarem ao Halloween. As famílias foram convidadas a participar com bolos, bolachas e muitas guloseimas e com esta colaboração dos pais fez-se uma Venda Doce pela Creche e pelas diferentes valências do edifício Vilagerações. À tarde regressamos ao Vilagerações para se desenvolver uma atividade intergeracional "Doçura/Travessura" em que os idosos e os animadores fantasiados de fantasmas receberam as crianças e ofereceram-lhes rebuçados. Depois, a brincadeira continuou na valência pré-escolar onde todos brincaram e dançaram fantasiados, comeram bolos e muitas guloseimas.

// "SER PAI E MÃE NOS DIAS DE HOJE: EXIGÊNCIAS E EXPETATIVAS"

No passado dia 26 de outubro, pelas 18h00, decorreu a palestra dirigida aos pais das Creches, Jardim de Infância e CATL com o objetivo de sensibilizar os mesmos para algumas questões atuais que preocupam as famílias.

Neste sentido, foi dinamizada a palestra intitulada "Ser Pai e Mãe nos dias de hoje: exigências e expectativas" orientada pelo Professor Doutor António Fonseca, da Universidade Católica Portuguesa, que abordou esta temática de forma transversal e em diálogo entre a teoria e a prática.

Os pais tiveram oportunidade de esclarecer as suas dúvidas participando ativamente na mesma.

// "MEDICAÇÃO: QUANDO A CRIANÇA NÃO PODE IR À ESCOLA"

No âmbito das palestras mensais programadas na área da infância e juventude, decorreu a segunda palestra com o tema "Medicação: "Quando a criança não pode ir à escola?".

No dia 28 de janeiro, pelas 18h00, os pais das Creches, Jardim de Infância e CATL juntaram-se para assistir à palestra das doutoras Belmira Reis e Inês Rodrigues que abordaram esta temática. Foram elencadas algumas doenças contagiosas que emergem na infância assim como a controvérsia da medicação nestas faixas etárias. A reunião terminou com um espaço de debate e reflexão sobre as práticas diárias que os pais e educadores devem adotar em caso de doença contagiosa e/ou questões de febre.

// ATIVIDADES DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ARCOS DE VALDEVEZ NA CRECHE/JARDIM DE INFÂNCIA/CATL CERQUEIRA GOMES

No passado dia 20 de junho alguns elementos da corporação dos Bombeiros de Arcos de Valdevez em conjunto com o Comandante Filipe Guimarães deslocaram-se ao Jardim de Infância da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez para realizar algumas atividades com as crianças desta valência. Esta atividade surgiu do diálogo sobre os incêndios que ocorreram no ano passado no nosso país numa das salas de pré-escolar e como havia um pai dessa sala que era bombeiro, esse mesmo disponibilizou-se para, em conjunto com os colegas e respetivo comandante, vir até ao Jardim de Infância dinamizar algumas atividades.

Trouxeram uma ambulância e um veículo de suporte ao combate de incêndio e com eles realizaram duas atividades: a primeira consistiu em mostrar às crianças o interior de uma ambulância e a segunda a utilização direta da mangueira de combate a incêndios.

A partir desta atividade o Comandante Filipe Guimarães propôs que as crianças fossem visitar as novas instalações dos Bombeiros Voluntários de Arcos de Valdevez ficando esta agendada para o dia 27 de junho, quarta-feira.

Assim sendo, neste dia as crianças deslocaram-se a pé até ao quartel dos Bombeiros Voluntários, visitaram as instalações, realizaram alguns exercícios, utilizaram novamente a mangueira de combate a incêndios, visitaram uma ambulância e no final foram transportadas para o Jardim de Infância pelos carros de Bombeiros sendo estes conduzidos pelos mesmos.

Desde já agradecemos toda a disponibilidade e amabilidade com que dinamizaram estas atividades para as crianças.

Obrigada!

// DANÇA AZUL

MÊS DA PREVENÇÃO DOS MAUS-TRATOS NA INFÂNCIA

O mês da Prevenção Internacional dos Maus-Tratos na Infância foi assinalado no passado dia 29 de abril, com a atividade "Dança Azul".

Contou com a participação da Creche, Jardim de Infância, CATL e Casa de Acolhimento Cerqueira Gomes em conjunto com as valências do CAO, Lares e Unidades que se associaram à iniciativa no parque exterior do Complexo Vilagerações. Todos os participantes tinham vestido uma peça de cor azul para dançar em conjunto, ao mesmo tempo que foram atirados das janelas do edifício aviões de papel com os Direitos das Crianças.

Em cada um de nós deve perdurar as vozes de todas as crianças: "Serei o que me deres… que seja AMOR".

// DANÇAS DO MUNDO - O FOLCLORE

No dia 09 de maio, as crianças das salas dos 2/3 anos da Creche Cerqueira Gomes, integraram uma atividade do Plano Transversal com os idosos do Lar Residencial Vilagerações intitulada "Danças do Mundo". Os grupos das salas Lilás e Turquesa, escolheram dançar "Folclore". Numa época em que este género musical está algo fora do contexto dos mais novo, durante estes dias as crianças puderam contactar e conhecer as formas de vestir, brincar e dançar das crianças de outros tempos. As saias rodadas e os lenços coloridos deram enfâse a uma tarde de festa entre as crianças, colaboradores e idosos.

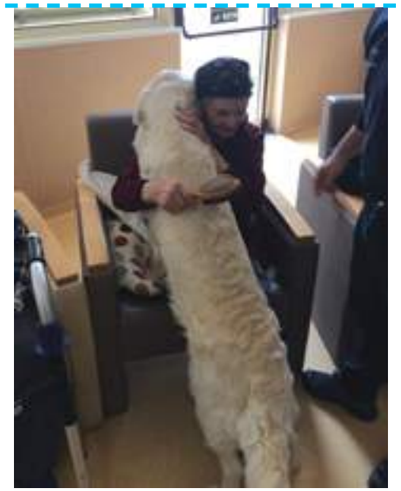
// DIA MUNDIAL DA ÁRVORE

Utentes da Estrutura Residencial para Idosos Vilagerações e do Jardim de Infância da Casa Cerqueira Gomes uniram-se para, em conjunto, celebrarem o Dia Mundial da árvore.

A actividade decorreu na mata do Complexo Vilagerações, onde foram plantadas árvores de groselha e bolbos de flores.

Foi um momento intergeracional muito divertido para os miúdos e graúdos.

// ATIVIDADES NOS LARES DA INSTITUIÇÃO



São variadas as atividades que se realizam com os utentes dos lares da Instituição.

Desde culinária à jardinagem, não esquecendo os equipamentos electrónicos, tal como a Wii. Tudo para tornar os dias mais alegres e preenchidos dos nossos utentes.

// UNIVERSIDADE DO SABER REALIZA PASSEIO A MONTALEGRE E PITÕES DAS JÚNIAS

No passado dia 20 de junho, no sentido de comemorar o fim de mais um ano letivo da Universidade do Saber, realizou-se um passeio a Montalegre e Pitões das Júnias. Os alunos desta Universidade Sénior fizeram uma visita com guia ao espaço Ecomuseu do Barroso - Espaço Padre Fontes em Montalegre. De seguida foi possível, nesta mesma vila, visitar a Igreja da Misericórdia e passear pela Rua Direita com o Castelo de Montalegre como pano de fundo. O almoço seguiu-se em Pitões das Júnias onde um guia nos levou até ao centro da aldeia para visitar o Pólo do Ecomuseu - Corte do Boi. A visita terminou com a ida ao Centro de Interpretação do Planalto da Mourela.

// SOLIDÃO

Há vários caminhos na vida do Homem desde o seu nascimento até à última etapa (de trabalho) que se chama Reforma (seja ela qual for e como for).

Geralmente, pode ir até à idade dos 70 anos, reforma máxima, e, depois, …

No princípio, tudo bem: alegria, descanso, caminhadas, trabalhos leves, fazer o que nunca foi feito (como diz a canção), etc.

Passados alguns anos, o corpo começa a ficar cansado, apetece mais a cama, foi-se a alegria e, eis que surge a malfadada solidão, que é o estado do que está só: tristeza, os filhos seguem o seu destino, surgem, talvez, doenças, hospital, e, finalmente, não havendo outra saída, a Casa dos Afetos onde nada nos falta, mas nos falta tudo.

Passam os anos 70, 80, e cada vez mais aguda é a solidão e, nem sequer, hoje, há vizinhos para a conversa e amizade de outrora.

Ai solidão, solidão,
Estás-me muito a pesar.
Já não tenho pai nem mãe,
Nem filhos para cuidar…
Dá-nos Deus alguns netinhos,
Para os poder ver crescer,
Mas os anos já são tantos,…
Que pouco os iremos ver.

Que fazer?

Caros amigos, ouçam bem estes conselhos: para que isto não aconteça tirem uns minutos, umas horas do seu dia a dia e mudem de vida; não se fechem em casa,, convivam, caminhem, e, se puderem, frequentem a Universidade do Saber, própria para pessoas da terceira idade e onde podem escolher as disciplinas que melhor lhe aprouver como: literatura, histórias, saúde, pintura, hidroginástica, lavores, danças e cantares, etc, etc.

E, então, sim "Adeus Solidão", e, todos juntos conviveremos e seremos felizes.

Pensem nisso.

Um beijo da aluna,
Celeste Cacho

// ENCONTRO COM JOSÉ LUÍS SOUSA

Com o intuito da aula de literatura ser diferente e enquadrada na Semana da Leitura, no passado dia 03 de abril, no auditório do Hospital São José, realizou-se um encontro com o escritor José Luís de Sousa, autor de vários livros de memórias, dos quais destacamos "A Aldeia e a Infância". Este livro foi apresentado aos presentes e retrata, em contos ficcionados, o papel marcante das aldeias na formação cognitiva, emocional e comunitária das pessoas que nelas vivem a sua infância. O autor falou sobre as motivações que o levaram a escrever sobre este tema e esclareceu dúvidas que foram colocadas pelos presentes.

Finda a apresentação houve a possibilidade de adquirir um exemplar com direito a dedicatória personalizada pelo autor.

// UNIVERSIDADE DO SABER PARTICIPA NA SEMANA DA LEITURA

A Sessão de Abertura da X Edição da Semana Concelhia da Leitura ocorreu no dia 01 de abril sob o tema "Há Química entre nós". A figura central desta sessão foi o arcuense Francisco Teixeira de Queiróz.

A Universidade do Saber da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez foi um das participantes desta sessão. Sob a orientação do professor de Literatura, as alunas realizaram uma encenação do conto "Enterro de um cão" homenageando, assim, o escritor arcuense.

No final, as ovações manifestaram o agrado do público com o momento proporcionado e com o talento das alunas.

// VISITA CULTURAL DA UNIVERSIDADE DO SABER

No dia 29 de abril a Universidade Sénior da Santa Casa da Misericórdia de Arcos de Valdevez visitou a exposição "I'm your mirror" de Joana Vasconcelos no Museu de Serralves e a exposição "Corpo Humano – A Ciência da Vida" na Alfândega do Porto.

Na exposição "I'm your mirror" os alunos da Universidade puderam ver como o trabalho da artista Joana Vasconcelos tenta reconectar a arte com a vida do quotidiano através do emprego de imagens, materiais e técnicas que fazem parte da cultura do país e que se traduz no uso frequente de azulejos, bordados ou cerâmicas.

Na exposição "Corpo Humano – A Ciência da Vida" o grupo entrou numa emocionante viagem ao interior do corpo humano, à descoberta do seu funcionamento. A exposição é composta por mais de uma centena de órgãos, estrutura ósseas e oito corpos humanos completos, perfeitamente preservados pelo método da plastinação. Tem, ainda, cento e vinte painéis retro iluminados, que através de imagens e textos informativos, orientam os visitantes nesta descoberta anatómica.

Estes momentos foram importantes porque proporcionaram uma experiência de enriquecimento pessoal, cultural e partilha entre todos.

// EVENTOS

ROMARIA DA SENHORA DA **PORTA**

Encerrando o ciclo de festas e romarias anuais do concelho, a Romaria da Senhora da Porta tenta conciliar a alegria e a religiosidade, tão característica das nossas gentes, associando a tradição secular à manutenção dos usos e costumes que preservam a nossa cultura e a transmitem aos mais jovens.
Sobranceira no seu altar, a Senhora, tem ao longo dos séculos, testemunhado a vida desta Instituição e das gentes da nossa terra, que nos dias da romaria vêm agradecer as benesses recebidas.

Depois da chegada da Mordomia para receber as chaves da Igreja da mão do Senhor Provedor e dar início à festa, foi para ouvir os Cantares ao Desafio que o Largo da Misericórdia se encheu na primeira noite. No dia seguinte, a alegria das concertinas tocou a reunir os convivas para a Hora da Janta, pois é preciso retemperar as forças que a noite anuncia-se longa.

Os Romeirinhos chegam carregados de oferendas, cantando a sua oração para agradecer à Senhora da Porta a boa produção nas colheitas.

Aliando-se às festividades, o CRAV organiza um torneio internacional que culmina com a entrega de prémios na noite das festas.

Depois chegam as rusgas, com os seus cantares espalham a alegria pelas ruas circundantes do templo, cantando e dançando até ser dia.

Na manhã de domingo, a feira de pão e doces faz as delícias de todos, mantendo as tradições gastronómicas da nossa região.

Ao princípio da tarde chegam os ranchos, enchendo o adro com a alegria das suas músicas, onde as chinelas das raparigas batem cadenciadas nas pedras gastas pelo tempo, e o colorido dos trajes faz sobressair o dourado do ouro que espelha a beleza das moças do Minho.

Ao fim da tarde são benzidas as uvas da colheita do ano, agradecendo à Senhora a fartura da produção. O dia termina com a Missa Solene em honra da Senhora da Porta. O templo enche-se para as pessoas agradecerem as graças recebidas, e pedirem à Virgem proteção para o resto do ano.

SALSICHARIA S. VICENTE

FESTA DE **NATAL** 2018

À semelhança dos anos transatos foram várias as atividades para assinalar a quadra natalícia.

No dia 15 de dezembro, no Centro de Exposições de Arcos de Valdevez, famílias, utentes e colaboradores juntaram-se para celebrarem o Natal. A festa centrou-se no teatro musical "Vila Musical de Natal" para relembrar que o Natal é muito mais que presentes: é Alegria, é Família, é Amor e Amigos. A Mesa Administrativa, através do Sr. Provedor, Dr. Francisco Rodrigues de Araújo, agradeceu a presença e o envolvimento de todos uma vez que, quando se unem esforços, o resultado é mais satisfatório e abrange mais público. Terminou desejando as boas festas. A festa atingiu o seu auge com a Visita do Pai Natal.

À noite foi a vez de todos os colaboradores se juntarem e partilharem o Jantar de Natal na Quinta de Parada.

A 16 de dezembro, pelas 19 horas, realizou-se a Missa de Natal, na Igreja da Misericórdia de Arcos de Valdevez. A Eucaristia foi presidida pelo capelão da Instituição, Padre Aventino Freitas, e a parte musical ficou a cargo das Universidades Sénior de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca.

Já no dia 19 de dezembro, foi a vez de se entregarem cabazes a famílias carenciadas do Município. A Misericórdia de Arcos de Valdevez, com o apoio da Câmara Municipal e da Cáritas de Arcos de Valdevez, entregou 26 cabazes de Natal a famílias identificadas pela Rede Local de Intervenção Social e pela Cáritas Interparoquial do concelho.

A missa para os utentes do Complexo Vilagerações e para a Estrutura Residencial para Idosos Soares Pereira foi a 21 e 23 respetivamente. A mesma foi presidida pelo Capelão e animada pelos utentes, colaboradores e familiares.

Por fim, no dia 24 de dezembro, membros da Mesa Administrativa e Presidente da Assembleia Geral visitaram e desejaram boas festas aos utentes que ficaram na Instituição.

SEMANA **SANTA** 2019

O Concerto da Paixão, que se realizou no sábado que antecedeu o domingo de Ramos, contou este ano com a participação do Coro "Arcos Vocale", coro infanto-juvenil do Conservatório de Música e Dança de Arcos de Valdevez composto por trinta crianças, acompanhados pelos professores Liliana Andreia Dias Nogueira, Marline Apolinário e Pedro Silva, interpretando um vasto reportório de música sacra, num espectáculo de elevado nível artístico.

A Procissão do Ecce Homo, que evoca o julgamento de Jesus Cristo, é um dos pontos altos das celebrações litúrgicas da quinta-feira Santa. Com grande participação de irmãos, funcionários da Instituição e população, as solenidades tiveram que se realizar no interior do templo da Misericórdia, devido ao mau tempo. Vivida sempre com grande devoção, esta cerimónia tem a sua expressão mais pungente nas palavras exaltadas do sermão.

//VISITA PASCAL

No passado dia 22 de abril, as portas da Instituição abriram-se à Visita Pascal.

Esta começou na Estrutura Residencial para Idosos Soares Pereira, às dez horas, seguindo-se as valências do Lar de Infância e Juventude, Estrutura Residencial para Idosos Vilagerações, Unidades de Cuidados Continuados e, por fim, o Lar Residencial para pessoas portadoras de deficiência.

O percurso foi efetuado pelo seminarista, pelo Provedor da Instituição, Comendador Dr. Francisco Rodrigues de Araújo, membros da Mesa Administrativa e irmãos que partilharam com os utentes e familiares presentes este momento de fé.

// SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ARCOS DE VALDEVEZ **PARTICIPOU NA EXPOVEZ**

A Santa Casa da Misericórdia participou na Expovez 2019 na área reservada à economia social. O objetivo da presença foi divulgar a pluralidade de respostas sociais que a Instituição possui, quer na área da infância e juventude, quer na área social e da saúde. Foi uma experiência positiva onde os profissionais da Instituição estiveram presentes dando a informação que lhes foi requerida e falando com as pessoas que foram ao stand da Santa Casa e foram muitas. A proximidade e interação da Instituição com a comunidade reveste-se de particular interesse, devendo ser reforçada e acarinhada considerando a importância crescente da área social na vida das pessoas.